



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026

CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

EDITAL Nº 052/2026

FORMA DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO GLOBAL
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	ATÉ ÀS 09h 29min DO DIA 23/06/2026
ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS:	ÀS 09h30min DO DIA 23/06/2026
HAVERÁ INVERSÃO DAS FASES DE JULGAMENTO DE PROPOSTA EM RELAÇÃO À HABILITAÇÃO	SIM
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	Após a fase de habilitação dos licitantes.
MODO DE DISPUTA:	ABERTO E FECHADO
REGIME DE EXECUÇÃO:	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
LICITAÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:	NÃO
REFERÊNCIA DE TEMPO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	Portal: LICITANET https://www.licitanet.com.br/
ORÇAMENTO:	O orçamento NÃO será sigiloso
PRAZO DO LICITANTE PARA A ASSINATURA CONTRATO	05 dias úteis
* A contar da intimação	
PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO	Conforme Minuta de Contrato.
* A contar do recebimento da Autorização de Fornecimento:	
INTERVALO MÍNIMO DE LANCE:	R\$ 0,01
CASAS DECIMAIS	Duas casas após a vírgula (ex: R\$.10,00)
VALOR GLOBAL ESTIMADO (PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL)	R\$ 19.884.839,42 (dezenove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos)
<u>INTIMAÇÕES / COMUNICAÇÕES:</u>	As comunicações e intimações específicas dos atos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



	<p>relacionados às sessões de julgamento, tais como: resultado de habilitação, classificação de propostas, remarcação de datas de sessões, julgamento de recursos e demais atos correlatos, serão realizadas mediante publicação na plataforma de julgamento: www.licitanet.com.br.</p> <p>Quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (32) 3741-9604 ou pelo e-mail: licitacao@Carangola.mg.gov.br</p>
<p>Obs.1: As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site https://www.carangola.mg.gov.br, bem como no PNCP, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.</p>	
<p>Obs.2: Caso o licitante informe na plataforma nos campos “marca” e “modelo” informação que modifique o conteúdo do campo “descrição”, “unidade” e “quantidade” prevalecerão estas (“descrição”, “unidade” e “quantidade”) em detrimento daquela(s) (“marca” e “modelo”). Por conseguinte, será tacitamente compreendido pela Administração que a proposta atende completamente os termos do edital – <i>não podendo o licitante alegar tais questões na fase de execução do contrato</i>.</p>	
<p>Obs.3: Nos casos em que a MARCA/MODELO/FABRICANTE forem da própria licitante, deverão ser utilizadas as expressões “MARCA PRÓPRIA”, ou “MODELO PRÓPRIO”, ou “FABRICAÇÃO PRÓPRIA”, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.</p>	



O Município de Carangola, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 19.279.827/0001-04, com sede administrativa na rua Praça Coronel Maximiano, n.º 88, Centro, Carangola/MG, CEP: 36800-000, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital e informado acima no preâmbulo.

Aplicam no presente certame as normas dos Decretos Municipais nº 271/2023 e 382/2025.

1 - DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.

1.2. O licitante deverá cotar todos os itens constantes da Planilha Orçamentária, responsabilizando-se pela análise de todo o Projeto Básico.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1 - Poderão participar deste CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma mencionada no preâmbulo e que não possuam impedimentos de participar de licitação e/ou contratar com o Poder Público.

2.2 Não poderão participar da licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição na legislação vigente e neste edital, especialmente, em uma ou mais das situações a seguir:

2.2.1. que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas: *i. inidôneas* com punição de proibição de contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal; *ii. pena de impedimento* de participação de licitação e/ou impedimento de contratar com este Município licitador enquanto



perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;

2.2.2. os mencionados no artigo 14 da Lei nº 14.133/21 ou com impedimentos constantes de legislação extravagante;

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na plataforma de julgamento e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ou até impedimento pela plataforma em participar da licitação.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação precederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - Sem prejuízo da obrigação de marcação em campo próprio da plataforma eletrônica, a proposta comercial apresentada será tacitamente considerada declarada que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso



ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campopróprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, ou equiparada, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. a ausência de marcação em campo específico da plataforma eletrônica terá o condão de excluir o licitante de aplicação do tratamento diferenciado de que trata a LC 123/06.

3.6 - A falsidade da declaração no tocante ao enquadramento (ME/EPP ou equiparada) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, sem prejuízo das sanções criminais.

3.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do



sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 - DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Não serão aplicados, no presente procedimento licitatório, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em razão de expressa vedação legal constante no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O referido dispositivo estabelece que, nas contratações de obras e serviços de engenharia, o tratamento favorecido previsto para ME e EPP não se aplica quando o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2. No caso em análise, trata-se de contratação de obra de engenharia destinada, cujo valor global estimado supera o limite legal de receita bruta máxima previsto para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, afastando, de forma objetiva e obrigatória, a incidência dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006. Assim, a não adoção da exclusividade, da reserva de cotas e das demais prerrogativas destinadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não decorre de discricionariedade administrativa, mas sim do estrito cumprimento da norma expressamente prevista no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, impondo-se sua observância obrigatória pela Administração Pública.

5. - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos disponíveis neste.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o



direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, sendo que sua omissão na proposta será considerado tacitamente escrito tal prazo (90 dias).

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgão de Controle, bem como, diante da própria Administração.

5.10. É obrigatório o preenchimento de todos os itens constantes da Planilha Orçamentária.

6. - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES, DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio *chat* para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes, ressaltando, que a identificação antes do momento oportuno tem condão para sua exclusão/declassificação da licitação.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O intervalo mínimo de lances corresponde ao informado no preâmbulo.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou por erro de digitação, cabendo ao Agente de contratação autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa mencionado no preâmbulo (aberto e fechado) onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze minutos) e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas que possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá (faculdade) admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5.1. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de



atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I- empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

II- empresas brasileiras;

III- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.20.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Da Fase de Julgamento

6.22.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.2 do edital, especialmente quanto



à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.22.1.1. A aferição das “condições de participação”, a critério do Agente de Contratação, poderá ser realizada já na fase de habilitação, como mecanismo de economia processual.

6.22.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação, haja vista os atributos de presunção de veracidade e validade que gozam os atos administrativos.

6.22.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no edital – *sem prejuízos de proceder diligências que entender pertinente*.

6.22.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.22.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.22.5.1. conter vícios insanáveis;
- 6.22.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.22.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.22.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.22.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



6.22.5.6. No caso de obras e serviços de engenharia, caso do presente processo, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.22.5.7. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.22.5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.22.6. Apresentem quaisquer preços unitários que excedam em 10% (dez por cento) o preço unitário constante na planilha fornecida pelo Município;

6.22.7. Que apresentarem preços, após a etapa competitiva, superiores ao orçado pela Administração (vide preço orçado no preâmbulo do Edital).

6.22.9. O Agente de Contratação não levará em conta propostas para execução parcial dos serviços, nem propostas que contenham quaisquer ofertas de vantagens não previstas no Edital, ou que tiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta de menor preço;

6.22.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.11. Em se tratando de serviços de engenharia e obras, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como, com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.22.12. A proposta vencedora ajustada após a fase de lances deverá preservar, em regra, a proporcionalidade dos descontos aplicados aos itens e subitens em relação à proposta originalmente apresentada. Poderão, contudo, ser admitidos ajustes pontuais destinados à correção de erros materiais, adequação de arredondamentos, compatibilização de planilhas ou saneamento de inconsistências formais, desde que não haja alteração da substância da



proposta, do valor global ofertado, da exequibilidade dos preços ou da isonomia entre os licitantes.

6.22.12.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação realizada pelo Agente de Contratação por meio do sistema eletrônico.

6.22.12.2. O descumprimento injustificado do prazo previsto no subitem anterior poderá ensejar a desclassificação da proposta.

6.22.12.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo imediato para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do valor global ofertado e que reste demonstrada a exequibilidade da proposta e a capacidade de arcar com todos os custos da contratação.

6.22.12.4. Consideram-se sanáveis os erros materiais, de cálculo, arredondamento ou preenchimento que não alterem a substância da proposta, o objeto licitado, o valor global ofertado ou a ordem de classificação dos licitantes;

6.22.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.22.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos de habilitação compreendem obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da proponente, a documentação abaixo discriminada a serem inseridas em campo próprio da plataforma de julgamento, vinculada ao processo, mencionada no preâmbulo. As certidões que não tiverem especificado os prazos de validade serão aceitas com 60 (sessenta) dias a partir da data de expedição. Segue a documentação exigida:

7.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA E DECLARAÇÃO MENOR

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;



VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

7.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.3.1. Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ILG = \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$

7.1.3.2. Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

7.1.3.3. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.



7.1.3.4. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

7.1.3.5. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

7.1.3.6. Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.1.3.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

7.1.4. DAS QUALIFICAÇÕES

7.1.4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante, demonstrando os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

- Documentos que comprovem a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à



atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo;

- é perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

7.1.4.1.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

7.1.4.1.3. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

7.1.4.1.4. A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços,



celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.

7.1.4.1.5. Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

7.1.4.1.6. Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, deverá ser apresentados atestado que comprove a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo.

7.1.4.1.7. É perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

7.1.4.1.8. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

8- DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **exclusivamente** por forma eletrônica, através da plataforma de julgamento informada no preâmbulo.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- impedimento de licitar e contratar e
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo



horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

11.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

11.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.9. É facultada ao Agente de contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

11.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

11.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.12. O licitante vencedor deverá assinar os contratos ou os instrumentos equivalentes no prazo máximo estabelecido no preâmbulo.



11.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

11.13. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Carangola-MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.14. O Edital, o Termo de Referência, os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, anexos e demais documentos que compõem o processo licitatório constituem conjunto único, harmônico e complementar, devendo suas disposições ser interpretadas de forma sistemática e integrada.

11.14.1. As disposições constantes do Edital e do Termo de Referência complementam-se reciprocamente, não se presumindo conflito pela simples ausência de reprodução integral de determinada regra em ambos os instrumentos.

11.14.2. Na hipótese de omissão, lacuna, divergência meramente formal, erro material ou necessidade de esclarecimento quanto ao alcance de qualquer disposição, será adotada interpretação integrativa e sistemática das peças que compõem a contratação, observados os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do formalismo moderado, da competitividade, da busca da proposta mais vantajosa e do interesse público.

11.14.3. As falhas formais, omissões sanáveis ou inconsistências que não comprometam a compreensão do objeto, a formulação das propostas, a isonomia entre os licitantes ou a seleção da proposta mais vantajosa poderão ser objeto de diligência, esclarecimento ou saneamento, nos termos Lei nº 14.133/2021, vedada a criação de exigências novas ou a alteração substancial das condições originalmente estabelecidas.

11.14.4. Persistindo dúvida interpretativa, prevalecerá a interpretação que melhor preserve a competitividade do certame, a ampla participação dos licitantes, a finalidade da contratação e a execução integral do objeto, sem prejuízo da observância das normas legais aplicáveis.

12 - DA GARANTIA DA PROPOSTA

12.1. Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.



12.1.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

12.1.3. Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

12.1.4. Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

12.1.5. A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

12.1.6. Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Carangola-MG, descrita a seguir: Agência: 0026 – Conta Corrente: 38.269-8 – BANCO DO BRASIL.

13 - DA INVERSÃO DAS FASES

13.1. Na presente licitação haverá inversão das fases, momento em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes deverão apresentar concomitantemente os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório com a respectiva proposta.

13.1.1. A inversão das fases procedimentais, com a realização da habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, encontra fundamento no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo medida plenamente justificável diante das características específicas da presente contratação, cujo objeto consiste na execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de



Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de elevada complexidade técnica, expressiva materialidade financeira e significativa responsabilidade estrutural, envolvendo serviços de infraestrutura, ampliação, adequação e melhoria do sistema municipal de abastecimento de água, especialmente quanto à adução de água bruta, cuja execução exige capacidade técnica especializada, robusta qualificação econômico-financeira, experiência comprovada em serviços similares, responsável técnico legalmente habilitado e rigoroso atendimento às exigências técnicas e operacionais impostas pela legislação e pelos órgãos repassadores dos recursos federais. Nessa realidade, a realização prévia da fase de habilitação proporciona maior eficiência procedimental e maior segurança jurídica à Administração, permitindo que somente participem da fase competitiva de apresentação de propostas e lances os licitantes efetivamente aptos sob os aspectos técnico, jurídico, fiscal, econômico-financeiro e operacional, evitando a ocorrência de lances artificiais ou inexequíveis formulados por empresas que posteriormente seriam inabilitadas por ausência de capacidade real de execução.

13.1.2. A experiência prática demonstra que, em obras de engenharia de maior vulto, a manutenção da sequência ordinária frequentemente conduz à apresentação de propostas por empresas sem qualificação compatível, que ofertam preços excessivamente reduzidos apenas para ocupar posição competitiva no certame, ocasionando posterior inabilitação, necessidade de reabertura de fases, sucessivas convocações de remanescentes, atrasos processuais, insegurança procedimental e risco de comprometimento do cronograma de execução da obra.

13.1.3. A habilitação antecedente permite afastar previamente tais distorções, preservando o julgamento objetivo, a competitividade qualificada e a seleção de propostas efetivamente exequíveis, reduzindo significativamente o risco de paralisações futuras, abandono contratual, pedidos excessivos de reequilíbrio econômico-financeiro, inadimplementos contratuais e prejuízos à execução do objeto.

13.1.4. Além disso, considerando que a contratação está vinculada a repasse federal no âmbito do Novo PAC, com cronogramas de execução, medições e prestação de contas submetidos ao controle da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a celeridade e a segurança na definição da empresa efetivamente apta à contratação assumem relevância ainda maior, sendo indispensável evitar atrasos decorrentes de sucessivas inabilitações após o julgamento.

14 - DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO:

14.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as disposições constantes neste instrumento convocatório, considerando a complexidade



técnica, a relevância estrutural e a expressiva dimensão financeira da obra de engenharia.

14.2. A participação em consórcio tem por finalidade ampliar a competitividade do certame, possibilitar a conjugação de capacidades técnicas, operacionais, econômico-financeiras e estruturais entre empresas especializadas, bem como assegurar maior segurança na execução contratual, especialmente diante da natureza do objeto e das exigências técnicas vinculadas ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

14.3. As empresas consorciadas deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as integrantes, indicando expressamente:

- I – a empresa líder do consórcio, que será a responsável pela representação perante a Administração durante o procedimento licitatório e durante toda a execução contratual;
- II – a responsabilidade solidária de todas as consorciadas pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato;
- III – a composição societária do consórcio e a participação percentual de cada empresa;
- IV – a delimitação das responsabilidades operacionais e técnicas de cada consorciada na execução do objeto.

14.4. A empresa líder deverá possuir poderes expressos para receber notificações, responder administrativamente, apresentar documentos, interpor recursos, assinar contrato e representar integralmente o consórcio perante a Administração Pública.

14.5. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, cada empresa consorciada deverá apresentar individualmente toda a documentação exigida no edital, observando integralmente os requisitos de regularidade aplicáveis.

14.6. Para fins de qualificação técnica operacional, será admitido o somatório dos quantitativos comprovados pelos atestados técnicos apresentados pelas empresas integrantes do consórcio, desde que demonstrada a efetiva compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo da contratação.

14.7. As empresas consorciadas responderão solidariamente perante a Administração por todas as obrigações contratuais, inclusive quanto à execução da obra, cumprimento de prazos, qualidade dos serviços, aplicação de penalidades, ressarcimento de danos, execução da garantia contratual e demais responsabilidades decorrentes do contrato administrativo.



14.8. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas pelo art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aquelas estabelecidas neste TR. A propósito:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.



14.9. As comprovações das capacidades técnico-operacionais e técnico-profissionais poderão ser apresentadas individualmente por qualquer consorciada ou mediante somatório entre as integrantes do consórcio, observada a compatibilidade entre a qualificação demonstrada e as parcelas de execução atribuídas a cada empresa.

14.10. Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma pessoa jurídica, ou em mais de um consórcio.

14.11. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

14.12. As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Termo de Referência, compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a pessoa jurídica líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

14.13. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, atender ao prazo de vigência do Contrato e o recebimento definitivo dos serviços constantes do objeto desta licitação.

14.14. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado.

14.15. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do Contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das pessoas jurídicas. O Instrumento de Constituição do consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste TR.

14.16. Os consórcios, após o somatório, deverão comprovar qualificação econômico-financeira em montante correspondente a 10% (dez por cento) superior ao exigido para licitantes que participem individualmente do certame.

14.17. O acréscimo previsto na cláusula 14.16 não será aplicado aos consórcios constituídos integralmente por microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na legislação vigente.

14.18. Para fins de qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de patrimônio líquido, capital social e demais indicadores



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



econômico-financeiros das empresas consorciadas, observadas as exigências deste edital;

Em, 05 de junho de 2026.

Juliana Mesquita Biajoli
Agente de Contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE CARANGOLA**



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO I

PROJETO BÁSICO E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕE A OBRA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO II

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CARANGOLA E

CONTRATANTE: Município de Carangola, inscrito no CNPJ: 19.279.827/0001-04, com sede administrativa na xxxxxxxxxxxxxxxx, representado, neste ato, pelo subscritor (.....), em doravante designado Contratante/Município;

CONTRATADO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx LTDA. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na, neste ato, pelo subscritor (.....), em doravante designado contratado.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente/vinculado ao Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei nº 14.133/21, proposta ofertada no bojo do citado processo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;



1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A Proposta do Contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma e limites da Lei.

2.2. Sem prejuízo da vigência contratual acima descrita, o contratado deve obedecer ao prazo de execução da(s) etapa(s) constantes do Cronograma Físico-Financeiro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual é a empreitada por preço estipulada no preâmbulo deste Instrumento.

3.2. A Gestão do presente contrato ficará ao encargo do Secretário Municipal de Obras, responsável pela demanda.

3.3. O Fiscal do presente contrato ficará ao encargo do servidor xxxxxxxx.

3.4. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei nº 14.133/21, o recebimento provisório da obra ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias do comunicado de encerramento pelo contrato.

3.5. Sem prejuízo do disciplinado nos artigos 140 e seguintes da Lei nº 14.133/21, o recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias da ocorrência do recebimento provisório.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto quanto às questões acessórias necessárias à perfeita execução do objeto.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2 – Para efeito de pagamento, serão considerados os valores unitários cotados e as quantidades efetivamente executadas no período de aferição e atestadas pela fiscalização.

5.3 – O pagamento da primeira fatura somente poderá ocorrer se acompanhada de documentos que comprovem o registro da obra no CREA/MG;

5.4 - As medições da execução contratual ocorrerão de forma MENSAL e observará o cronograma físico-financeiro integrante do projeto básico.

5.4.1 – Realizada as medições e, desde que devidamente liquidada a despesa, o pagamento, deduzido eventuais multas, ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.5. O pagamento referente ao serviço, objeto deste contrato, será efetuado através de depósito em conta corrente, após a apresentação da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias, acompanhada da relação dos itens do cronograma Físico-Financeiro relativo ao período de medição da obra.

5.6. Ao MUNICÍPIO fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega de cada parcela da obra, esta não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas no cronograma físico-financeiro aprovado, atestado pelo Engenheiro Municipal que firmará laudo neste sentido.

5.7 – No interesse do Município de Carangola/MG, o objeto deste contrato poderá ser suprimido ou aumentado, obedecidos os limites da Lei 14.133/21.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



6.1.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado e, na forma do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/21, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, inclusive o Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja



quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente na execução do pacto.

8.1.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.12. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze



anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.20. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.1.21. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, visando assegurar o fiel cumprimento das



obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, operacional, sanitária e financeira da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

9.1.1. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

IV – Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.1.2. A garantia deverá ser apresentada nos prazos estabelecidos no edital e no instrumento contratual.

9.1.2.1. Nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária e título de capitalização, a garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária, admitida a prorrogação mediante justificativa aceita pela Administração, devendo sua regular constituição preceder a autorização para início da execução contratual.

9.1.2.2. Caso a contratada opte pela modalidade seguro-garantia, será assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para apresentação da respectiva apólice, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.3. A apólice de seguro-garantia deverá possuir vigência igual ou superior à vigência do contrato principal e acompanhar suas eventuais modificações, inclusive prorrogações e alterações que impactem o prazo ou o valor da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de período sem cobertura.

9.1.4. Na hipótese de suspensão contratual determinada pela Administração ou decorrente de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada de renovar a garantia ou de promover o endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

9.1.5. A garantia assegurará, conforme a modalidade adotada e nos limites da legislação aplicável, o pagamento de:



I – Prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II – Multas moratórias e compensatórias regularmente aplicadas pela Administração;

III – Prejuízos causados à Administração em razão de má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV – Indenizações decorrentes do inadimplemento contratual;

V – Demais obrigações expressamente abrangidas pelo instrumento de garantia e admitidas pela legislação aplicável.

9.1.6. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta indicada pela Administração e será atualizada monetariamente até sua restituição.

9.1.7. Caso a opção recaia sobre títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável.

9.1.8. Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e conter renúncia expressa do fiador aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil.

9.1.9. Na modalidade de título de capitalização, o instrumento deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, observadas as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis.

9.1.10. Em caso de alteração do valor contratual ou de prorrogação de prazo que produza repercussão sobre a garantia, a contratada deverá promover sua adequação, complementação ou renovação, observados os mesmos critérios estabelecidos para a contratação originária.

9.1.11. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente para cobertura de obrigação contratual, a contratada deverá promover sua recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

9.1.12. A Administração poderá executar a garantia na forma prevista na legislação aplicável, sempre que constatado inadimplemento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa no correspondente processo administrativo.

9.1.13. O emitente da garantia será formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual que possa ensejar sua execução.



9.1.14. No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, observados os prazos prescricionais aplicáveis.

9.1.15. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante emissão de termo circunstanciado que declare o integral cumprimento das obrigações contratuais e a inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras, sem prejuízo das responsabilidades legais remanescentes da contratada.

9.1.16. A garantia de execução contratual não substitui nem afasta a responsabilidade técnica, civil, administrativa e ambiental da contratada, tampouco exclui a garantia legal relacionada à solidez, à segurança, à durabilidade e à funcionalidade da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



10.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

18.541.0018.1049 44905100 232

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigível pela Administração;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar o certame

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.1.9. deixar de entrega o objeto no prazo pactuado;

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.4. As multas observarão os seguintes critérios:

a. Rescisão por culpa da CONTRATADA – Multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

b. Atraso injustificado durante a execução da obra continuamente – Multa Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, conforme o cronograma, apurado em processo administrativo que será instaurado, por meio da seguinte fórmula:

$$M = ((0,33\% \times Da) \times VFA)$$

Onde:

M = valor da multa;

Da = dias de atraso no período apurado (vide fórmula abaixo);

VFA = valor financeiro em atraso no período apurado (vide fórmula abaixo).

OBS: O valor do fator $(0,33\% \times Da)$ é limitado a 20%.

Os dias em atraso (Da) serão calculados pela fórmula: $Da = DPC \times \frac{(Qp - Qm)}{Qp}$

O valor financeiro em atraso (VFA) será calculado pela fórmula: $VFA = (Qp - Qm)$

Onde:

DPC = dias previstos no cronograma para executar a quantia financeira prevista no período apurado;

Qp = quantia financeira prevista para pagamento da obra no período apurado, conforme cronograma;

Qm = quantia financeira correspondente à soma dos itens efetivamente executados no período apurado.

c) Atraso injustificado na entrega de toda a obra – após a data prevista para o Recebimento Provisório será aplicada multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, sobre o valor total dos serviços não executados apurado na data prevista para o Recebimento Provisório, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre este valor;

c.1. Caso não seja concluída a obra em até 30 (trinta) dias, a contar do início do período de atraso, o Município PODERÁ rescindir o Contrato e aplicar a multa compensatória de até 10% (dez por cento), prevista na alínea “a” pelo atraso na entrega da obra, sem prejuízo das demais penalidades por outros descumprimentos contratuais;



c.2. Permanecendo o atraso após 30 (trinta) dias e decidindo o Município pela não rescisão do Contrato, a multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia continuará sendo aplicada, até o limite de 30% (trinta por cento), conforme estabelecido na alínea "c" desta Cláusula, porém sobre o valor dos serviços não executados apurados nas medições;

d) Descumprimento de obrigações contratuais relativas à documentação a ser entregue, por responsabilidade da CONTRATADA, conforme exigido no contrato – Multa Moratória de até 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato, a cada inadimplemento da obrigação. O inadimplemento será apurado considerando a obrigação de entregar o conjunto de toda documentação, para cada momento previsto no Contrato;

e) No caso de descumprimento de obrigações contratuais que não tenham previsão de penalidade específica – Multa Compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;

f) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia, quando exigido.

12.3.5. Se em virtude do atraso injustificado, o valor financeiro em atraso de cada etapa atingir mais de 15% (quinze por cento) do valor total previsto para a respectiva etapa da obra, o Município PODERÁ rescindir o Contrato por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa compensatória de até 10% (dez por cento), prevista na alínea "a", sem prejuízo das multas moratórias aplicadas anteriormente.

12.3.6. O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração Pública Municipal ou cobrado judicialmente.

12.3.7. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja inferior a 0,5% do valor do contrato, este percentual (0,5%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei nº 14.133/21.

12.3.8. Caso na apuração (cálculo dosimétrico) das multas e o valor seja superior a 30% do valor do contrato, este percentual (30%) é o que será aplicado ao contratado, na forma do artigo 156, § 3º da Lei nº 14.133/21.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e



12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a



decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



16.1. É eleito o Foro da Comarca deste Município contratante para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxxxxxxxxx/xx, de de 202xx.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Assinatura do Fiscal do Contrato: _____ - CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO	<i>Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.</i>
---------------	--

DADOS DA PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:
E-MAIL:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO	
NOME:	
CPF:	IDENTIDADE:
ENDEREÇO COMPLETO:	
TELEFONE:	E-MAIL:

Indicamos os endereços eletrônicos acima informados, para recebimento de intimações, inclusive as decorrentes de processo administrativo disciplinar, ordens de fornecimento/serviço, comunicações, etc., objeto do presente instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
Planilha Orçamentária						
...						

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____).

Prazo de validade: 90 (noventa) dias, contados da abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, responsabilizando-se a licitante, com a apresentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



de sua proposta, pela veracidade desta informação e que os produtos/serviços ofertados estão de acordo com todas as condições, especificações e características previstas no edital e seus anexos.

DADOS BANCÁRIOS: indicar Banco/Agência/Conta corrente Prazo de entrega: conforme edital

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP
(Lei Federal nº 14.133/2021)**

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.*

DECLARAÇÃO

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua _____

(endereço completo) inscrita no CNPJ sob nº. _____,
neste ato representada por _____
(diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que em conformidade com o previsto no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006, ter receita bruta equivalente a uma (micro empresa ou empresa de pequeno porte);

b) que não ha nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123 de 15/12/2006.

c) que no presente ano-calendário, ainda não celebrrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



NOME
Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSAS
(Lei Federal nº 14.133/2021)

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.*

DECLARAÇÕES

A empresa (nome completo) _____, com sede na Rua ____

(endereço completo) inscrita no CNPJ sob nº. _____,
neste ato representada por _____
(diretor/sócio/representante constituído com qualificação completa, RG, CPF,
nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), declara sob as penas da Lei:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que não possui em seu quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal c/c art. 68, inciso VI da Lei nº 14.1333, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



- c) Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 c/c art. 63, inciso IV da Lei nº 14.1333, de 2021;
- d) Que atende aos requisitos de habilitação, e que atesta e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) Que não foi declarada inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas;
- h) Que não enquadra em nenhuma das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
- l) Que estar ciente de que omitir, em documento público, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, constitui o crime de falsidade ideológica previsto no artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção administrativa prevista na Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

NOME
Representante Legal da Licitante



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência é elaborado contendo os elementos descritivos contidos no art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/2021, como segue abaixo:

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais, tributos, licenças, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, mobilização, desmobilização e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos que integram o processo, visando à melhoria e à ampliação da infraestrutura de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, em atendimento ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.

1.2. Considerando a solução escolhida, verifica-se que se trata de obra e serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, incisos XII e XXVIII, da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usuais no mercado, na forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário.

1.3. Com base no disposto acima, deverá ser concedido, nos termos do art. 55, Inciso II, Alínea "a", da lei Federal n.º 14.133/2021, o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para apresentação de propostas e lances.

1.4. Em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal nº 14.133/21, procedeu-se a pesquisa de mercado para verificação dos preços e estimativa de custos, tendo como valor estimado o abaixo exposto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR ESTIMADO
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIOS À MELHORIA, À	UNID	01	R\$ 19.884.839,42



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



<p>MODERNIZAÇÃO E À ADEQUADA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL, ESPECIALMENTE QUANTO À ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA, VISANDO ASSEGURAR MAIOR REGULARIDADE, SEGURANÇA, EFICIÊNCIA E CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DE ÁGUA À POPULAÇÃO.</p> <p>A CONTRATAÇÃO ABRANGE O FORNECIMENTO INTEGRAL DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MAQUINÁRIOS, FERRAMENTAS, VEÍCULOS, TRANSPORTE, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO, SINALIZAÇÃO DE OBRA, CONTROLE TECNOLÓGICO, ENSAIOS, LICENÇAS EVENTUALMENTE NECESSÁRIAS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS, BEM COMO TODAS AS DEMAIS PROVIDÊNCIAS, INSUMOS E SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS À COMPLETA E ADEQUADA EXECUÇÃO DO OBJETO.</p> <p>DEVERÃO SER EXECUTADOS, CONFORME OS PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS APROVADOS, OS SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, REGULARIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, IMPLANTAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ADUTORAS, REDES, TUBULAÇÕES, CONEXÕES, PEÇAS, DISPOSITIVOS HIDRÁULICOS E DEMAIS ESTRUTURAS INTEGRANTES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS COMPLEMENTARES, CAIXAS, ESTRUTURAS DE PROTEÇÃO, TRAVESSIAS, ANCORAGENS, RECOMPOSIÇÃO DAS ÁREAS EVENTUALMENTE AFETADAS, LIMPEZA DA ÁREA, DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS RESÍDUOS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS NECESSÁRIOS À PLENA FUNCIONALIDADE DA OBRA.</p>			
---	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



	A EXECUÇÃO DEVERÁ OBSERVAR RIGOROSAMENTE OS PROJETOS EXECUTIVOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, EXIGÊNCIAS AMBIENTAIS APLICÁVEIS, NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO, LEGISLAÇÃO PERTINENTE E AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE COMPROMISSO Nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG, NO ÂMBITO DO NOVO PAC.			
--	--	--	--	--

1.3. A despesa decorrente da contratação do objeto deste certame está estimada no valor global de R\$ 19.884.839,42 (dezenove milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições de custos, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo administrativo, constituindo referido montante o valor máximo admitido pela Administração para fins de contratação da obra.

1.3.1. O valor estimado foi apurado com base nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, composições de custos e demais documentos de engenharia aprovados, observadas as composições referenciais aplicáveis, os parâmetros técnicos da intervenção, os custos unitários pertinentes e as exigências estabelecidas no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

1.3.2. O valor indicado no item 1.3 refere-se exclusivamente à execução da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, não abrangendo os valores destinados ao Relatório Pós-Intervenção e ao Trabalho Técnico Social, previstos separadamente no plano de trabalho vinculado ao instrumento de transferência.

1.3.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao orçamento estimado pela Administração, bem como aquelas que se mostrarem inexequíveis, incompatíveis com os quantitativos, especificações e requisitos técnicos exigidos ou em desconformidade com as disposições constantes no instrumento convocatório, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Os recursos financeiros destinados à execução da presente contratação serão suportados por recursos oriundos do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do



Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC, complementados pela respectiva contrapartida financeira municipal, conforme previsto no plano de trabalho, no cronograma de desembolso e nas dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

1.4.1. O valor global atualizado do Termo de Compromisso corresponde a R\$ 20.183.113,06 (vinte milhões, cento e oitenta e três mil, cento e treze reais e seis centavos), compreendendo, além da execução da obra, os valores destinados ao Relatório Pós-Intervenção e ao Trabalho Técnico Social, conforme detalhamento constante no plano de trabalho, sendo os dois últimos itens objeto de procedimento licitatório específico.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei, especialmente em razão da natureza do objeto contratado, consistente na execução de obra de engenharia caracterizada como contrato por escopo.

2.2. Nessa modalidade contratual, a extinção do ajuste não se vincula exclusivamente ao decurso do prazo inicialmente estipulado, mas, sobretudo, à conclusão integral do objeto contratado, compreendendo a execução da obra, sua entrega definitiva e o cumprimento de todas as obrigações técnicas correlatas.

2.3. Assim, o prazo fixado representa estimativa necessária ao planejamento administrativo e orçamentário da contratação, admitindo-se eventual prorrogação nas hipóteses legalmente previstas, especialmente diante de fatos supervenientes, intercorrências na execução, necessidade de adequações técnicas ou situações que impactem o cronograma físico-financeiro da obra.

2.4. Neste sentido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação mostra-se necessária em razão da necessidade de execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, visando à melhoria, à adequação e à modernização da infraestrutura responsável pela captação, adução e condução da água destinada ao abastecimento da população, com especial atenção à infraestrutura de adução de água bruta atualmente existente.

3.2. A situação verificada evidencia a necessidade de intervenção estruturante, tendo em vista a precariedade da adutora de água bruta responsável pelo abastecimento municipal, circunstância que compromete a regularidade e a segurança operacional do sistema, ocasiona episódios de intermitência no fornecimento de água e amplia os



riscos de prejuízos à saúde pública e à adequada prestação de serviço essencial à população.

3.3. A intervenção proposta busca proporcionar solução tecnicamente adequada e duradoura para o problema identificado, mediante a execução das obras e serviços necessários à ampliação do sistema de abastecimento de água, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos de engenharia aprovados.

3.4. A execução da obra deverá contribuir para o aumento da segurança hídrica, a redução da vulnerabilidade operacional da infraestrutura existente, a melhoria da continuidade e da eficiência do abastecimento, a ampliação da capacidade de atendimento do sistema e a preservação das condições sanitárias da população beneficiada.

3.5. Além disso, a execução do objeto encontra-se vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC, circunstância que impõe a observância rigorosa das exigências técnicas, operacionais, administrativas e legais aplicáveis à execução, ao acompanhamento, à fiscalização e à prestação de contas dos recursos públicos transferidos.

3.6. Dessa forma, a contratação revela-se imprescindível para o atendimento do interesse público, a melhoria da infraestrutura municipal de saneamento básico, a garantia da continuidade de serviço público essencial, a mitigação de riscos sanitários e operacionais e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município perante o Governo Federal.

3.7. O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por finalidade identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para viabilizar a execução da obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, considerando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, administrativos e legais envolvidos na execução do objeto.

3.8. Inicialmente, analisou-se a possibilidade de execução direta pela própria Administração Municipal, mediante utilização de servidores, equipamentos, veículos, maquinários e recursos operacionais integrantes da estrutura municipal. Contudo, verificou-se que tal alternativa não se mostra adequada ao atendimento da necessidade administrativa, uma vez que a obra demanda capacidade técnica especializada, responsável técnico habilitado, equipe multidisciplinar, maquinário específico, estrutura operacional compatível, controle tecnológico, acompanhamento permanente e disponibilidade de recursos humanos e materiais em escala superior à capacidade ordinariamente disponível no Município.

3.9. A execução direta também poderia comprometer a continuidade de outras atividades essenciais desenvolvidas pelas unidades administrativas municipais, especialmente aquelas relacionadas à manutenção urbana, à prestação dos serviços públicos e ao atendimento das demandas rotineiras da população. Soma-se a isso a necessidade de observância rigorosa das exigências estabelecidas no Termo de



Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, incluindo os procedimentos de medição, fiscalização, controle da execução, registro documental e prestação de contas no Transferegov.br.

3.10. Também foi analisada a possibilidade de parcelamento da contratação em múltiplos contratos, mediante segregação das diferentes etapas executivas da obra. Todavia, tal alternativa se mostra tecnicamente desaconselhável, considerando a elevada interdependência entre os serviços, a necessidade de compatibilização das soluções construtivas e hidráulicas e a importância de assegurar responsabilidade técnica claramente delimitada pela funcionalidade integral do sistema implantado.

3.11. O fracionamento excessivo da execução poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, dificuldades de integração entre as etapas, retrabalhos, atrasos, paralisações, aumento dos custos administrativos de fiscalização e risco de comprometimento da eficiência e da funcionalidade final da obra. Em intervenções destinadas ao abastecimento público de água, a articulação adequada entre os diversos serviços é indispensável para garantir segurança operacional e desempenho satisfatório do sistema.

3.12. Diante disso, a solução que se mostra mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução indireta da obra, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do edital, do contrato, dos projetos e dos demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

3.13. A adoção da execução indireta permite que a Administração atribua a execução material da obra a empresa tecnicamente qualificada, dotada de estrutura empresarial, capacidade operacional, equipe especializada, acervo técnico e responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços, permanecendo sob responsabilidade do Município o acompanhamento, a fiscalização contratual e o controle da correta aplicação dos recursos públicos.

3.14. A opção pelo regime de execução por empreitada por preço unitário decorre da necessidade de que a remuneração da contratada esteja diretamente vinculada aos quantitativos efetivamente executados e aferidos em campo, permitindo maior precisão nas medições e maior aderência entre os serviços realizados e os valores pagos pela Administração.

3.15. Embora o empreendimento possua projetos, memoriais e planilhas orçamentárias previamente elaborados, a natureza dos serviços de engenharia envolvidos pode demandar ajustes quantitativos decorrentes das condições efetivamente verificadas durante a execução, especialmente em intervenções relacionadas a sistemas de abastecimento de água, redes adutoras, escavações, movimentação de terra e demais serviços sujeitos a interferências operacionais e geotécnicas.

3.15. Nesse contexto, a empreitada por preço unitário proporciona maior controle da execução contratual, permitindo que cada etapa seja medida e remunerada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, conferindo maior transparência, segurança técnica e precisão ao acompanhamento físico-financeiro da obra.



3.16. Além disso, o regime mostra-se mais compatível com os procedimentos de fiscalização, medição e acompanhamento exigidos pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, possibilitando adequada verificação da execução dos serviços e da aplicação dos recursos públicos federais transferidos. Dessa forma, sob os aspectos técnico, operacional e de controle da execução, conclui-se que a empreitada por preço unitário constitui o regime mais adequado para a presente contratação.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, operacional, sanitária e financeira da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

4.1.1. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

IV – Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.1.2. A garantia deverá ser apresentada nos prazos estabelecidos no edital e no instrumento contratual.

4.1.2.1. Nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária e título de capitalização, a garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária, admitida a prorrogação mediante justificativa aceita pela Administração, devendo sua regular constituição preceder a autorização para início da execução contratual.

4.1.2.2. Caso a contratada opte pela modalidade seguro-garantia, será assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para apresentação da respectiva apólice, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.3. A apólice de seguro-garantia deverá possuir vigência igual ou superior à vigência do contrato principal e acompanhar suas eventuais modificações, inclusive prorrogações e alterações que impactem o prazo ou o valor da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de período sem cobertura.



4.1.4. Na hipótese de suspensão contratual determinada pela Administração ou decorrente de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada de renovar a garantia ou de promover o endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

4.1.5. A garantia assegurará, conforme a modalidade adotada e nos limites da legislação aplicável, o pagamento de:

I – Prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II – Multas moratórias e compensatórias regularmente aplicadas pela Administração;

III – Prejuízos causados à Administração em razão de má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV – Indenizações decorrentes do inadimplemento contratual;

V – Demais obrigações expressamente abrangidas pelo instrumento de garantia e admitidas pela legislação aplicável.

4.1.6. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta indicada pela Administração e será atualizada monetariamente até sua restituição.

4.1.7. Caso a opção recaia sobre títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável.

4.1.8. Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e conter renúncia expressa do fiador aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil.

4.1.9. Na modalidade de título de capitalização, o instrumento deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, observadas as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis.

4.1.10. Em caso de alteração do valor contratual ou de prorrogação de prazo que produza repercussão sobre a garantia, a contratada deverá promover sua adequação, complementação ou renovação, observados os mesmos critérios estabelecidos para a contratação originária.

4.1.11. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente para cobertura de obrigação contratual, a contratada deverá promover sua recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

4.1.12. A Administração poderá executar a garantia na forma prevista na legislação aplicável, sempre que constatado inadimplemento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa no correspondente processo administrativo.

4.1.13. O emitente da garantia será formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual que possa ensejar sua execução.

4.1.14. No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, observados os prazos prescricionais aplicáveis.



4.1.15. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante emissão de termo circunstanciado que declare o integral cumprimento das obrigações contratuais e a inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras, sem prejuízo das responsabilidades legais remanescentes da contratada.

4.1.16. A garantia de execução contratual não substitui nem afasta a responsabilidade técnica, civil, administrativa e ambiental da contratada, tampouco exclui a garantia legal relacionada à solidez, à segurança, à durabilidade e à funcionalidade da obra.

4.2. Constituem obrigações iniciais da contratada, cuja comprovação será condição indispensável para a emissão da ordem de serviço, para o início regular da execução e, conforme o caso, para a autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

I – Efetuar o registro da obra perante o CREA/MG ou CAU, conforme a natureza dos serviços, e apresentar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de execução;

II – Promover o cadastramento da obra perante os órgãos previdenciários, trabalhistas e fiscais competentes, inclusive mediante apresentação do Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando aplicável;

III – Providenciar as licenças, autorizações, alvarás e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para regular execução da obra, observada a matriz de responsabilidades estabelecida no edital e no contrato;

IV – Apresentar a relação nominal da equipe técnica responsável pela execução, acompanhada dos respectivos documentos de habilitação e registros profissionais;

V – Instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais informações exigidas;

VI – Comprovar a mobilização inicial do canteiro, da equipe técnica e dos equipamentos necessários ao início regular dos serviços;

VII – Apresentar plano de trabalho executivo, cronograma físico-financeiro detalhado e planejamento de mobilização, compatíveis com os documentos técnicos aprovados.

4.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela obra, com registro ativo perante o conselho profissional competente, promovendo a correspondente ART ou RRT de execução e os registros complementares eventualmente necessários em caso de alteração, substituição ou ampliação das atribuições técnicas.

4.3.1. É vedada a execução de serviços sem a presença e o acompanhamento de responsável técnico formalmente designado.

4.3.2. A substituição do responsável técnico dependerá de comunicação prévia à fiscalização, apresentação dos documentos comprobatórios da qualificação do substituto e emissão da correspondente ART ou RRT.



4.4. Os licitantes, a futura contratada, seus sócios, administradores, representantes, empregados e eventuais subcontratados deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública durante todas as fases da contratação.

4.4.1. A contratada deverá observar as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992, da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais normas aplicáveis à prevenção e ao combate à fraude e à corrupção.

4.4.2. É vedada a prática de atos que possam caracterizar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, superfaturamento, sobrepreço, ocultação de informações, obstrução da fiscalização ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

4.4.3. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer irregularidade relevante de que tenha conhecimento no âmbito da execução contratual, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes quando exigida pela legislação.

4.4.4. A comprovação de infração às normas de integridade poderá ensejar a extinção unilateral do contrato e a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.5. A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, composições de custos, especificações técnicas, normas técnicas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, legislação pertinente e disposições constantes no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

4.6. Os serviços deverão ser executados com a finalidade de garantir a ampliação, a adequação e a melhoria operacional do sistema de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, especialmente quanto à infraestrutura de adução de água bruta, assegurando maior regularidade, segurança, eficiência e continuidade no fornecimento de água à população.

4.7. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais inadequados, deteriorados, reutilizados ou reconicionados quando sua utilização puder comprometer a segurança, a durabilidade, a estanqueidade, a eficiência ou a funcionalidade do sistema.

4.7.1. A contratada responderá integralmente pela qualidade dos materiais, equipamentos e serviços executados, inclusive pela promoção das readequações necessárias sempre que forem identificadas impropriedades capazes de comprometer a consecução do objeto pactuado.



4.8. Quando aplicável aos itens contemplados pela contratação, deverão ser observadas as regras relativas à aquisição de produtos manufaturados nacionais, à contratação de serviços nacionais e à aplicação das margens de preferência estabelecidas para o Novo PAC, nos termos da legislação e da regulamentação pertinentes.

4.9. A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários referentes, no mínimo:

- I – Aos serviços executados e respectivos quantitativos;
- II – Ao número de trabalhadores mobilizados;
- III – Aos equipamentos e maquinários utilizados;
- IV – Às condições climáticas;
- V – Às ocorrências relevantes;
- VI – Às orientações da fiscalização;
- VII – Às intercorrências técnicas;
- VIII – À evolução do cronograma físico-financeiro;
- IX – Aos ensaios e controles tecnológicos realizados;
- X – Aos registros fotográficos da execução.

4.10. A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, inspeções, verificações de estanqueidade, controles de compactação e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e da conformidade técnica da obra, conforme definido nos projetos e especificações aplicáveis.

4.10.1. Os custos relacionados ao controle tecnológico, aos ensaios e aos testes necessários à execução regular do objeto correrão por conta da contratada, salvo disposição expressa em sentido diverso constante na planilha orçamentária aprovada.

4.11. A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

4.12. Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.

4.13. A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, telefonia, drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes nas áreas de intervenção, responsabilizando-se integralmente pelos danos decorrentes de sua atuação.



4.14. A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato capaz de comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas adotadas ou recomendadas.

4.15. O cumprimento do cronograma físico-financeiro constitui obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e o prazo final de conclusão do objeto.

4.15.1. Sempre que houver atraso relevante ou determinação formal da fiscalização, a contratada deverá apresentar plano de recuperação do cronograma, contendo medidas corretivas, prazos, recursos adicionais eventualmente mobilizados e demonstração da viabilidade de conclusão do objeto.

4.16. A contratada deverá promover a limpeza permanente das áreas de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e demais elementos que possam comprometer a segurança, a mobilidade urbana, a salubridade ou a adequada execução dos serviços.

4.17. Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas a Resolução CONAMA nº 307/2002, as normas técnicas aplicáveis, a legislação ambiental vigente e as exigências dos órgãos competentes, sendo vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.

4.18. A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code do aplicativo destinado ao cidadão, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse, canais para registro de denúncias, reclamações e elogios e demais informações exigidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.

4.19. A contratada deverá fornecer tempestivamente os documentos, informações, registros, relatórios, medições, imagens e demais elementos necessários à alimentação do Transferegov.br e ao adequado acompanhamento da execução pela Administração Municipal, pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério das Cidades e pelos órgãos de controle.

4.20. Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas dependerá de justificativa formal, manifestação do responsável técnico, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, observadas as exigências relacionadas à aprovação da mandatária ou do órgão repassador quando aplicáveis.

4.20.1. É vedada qualquer modificação unilateral do objeto pela contratada.



4.21. A contratada deverá permitir o livre acesso dos agentes da Administração, dos representantes da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos, registros, áreas de intervenção, canteiros e demais locais relacionados à execução do objeto.

4.22. A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica, durabilidade e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pela correção de vícios construtivos, defeitos, falhas operacionais e inadequações identificadas durante a execução ou dentro dos prazos legais aplicáveis.

4.23. O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil, técnica, administrativa ou ambiental da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos serviços executados.

4.24. A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta capaz de comprometer a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A execução da obra deverá ser iniciada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão formal da Ordem de Serviço pela Administração Municipal, após o cumprimento das exigências preliminares previstas no edital, no contrato e nos demais documentos integrantes do processo administrativo.

5.1.1. A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à comprovação do atendimento das obrigações iniciais atribuídas à contratada, especialmente:

I – apresentação da garantia de execução contratual, na forma e nos prazos estabelecidos no edital e no contrato;

II – emissão e apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de execução, conforme a natureza dos serviços;

III – registro da obra perante o CREA/MG ou o CAU, quando aplicável;

IV – inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO e atendimento das demais obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais pertinentes;

V – apresentação das licenças, autorizações e alvarás cuja obtenção esteja atribuída à contratada, conforme a matriz de responsabilidades;

VI – apresentação da relação nominal da equipe técnica responsável pela execução;

VII – comprovação da mobilização inicial da equipe, dos equipamentos e do canteiro de obras;

VIII – instalação da placa de identificação da obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC.



5.1.2. O descumprimento injustificado do prazo estabelecido para início da execução caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da apuração das perdas e danos eventualmente causados à Administração.

5.1.3. Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar cronograma executivo detalhado e atualizado, compatível com o cronograma físico-financeiro aprovado, com os projetos, com as especificações técnicas e com as exigências estabelecidas no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, contendo a previsão individualizada das etapas, dos marcos de medição, dos prazos parciais e do prazo final de conclusão da obra.

5.2. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual e coletiva, transporte, sinalização, estruturas provisórias, controle tecnológico, ensaios laboratoriais, mobilização e desmobilização do canteiro, bem como os demais recursos necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto.

5.2.1. A contratada deverá promover imediatamente a substituição, a complementação ou a adequação de qualquer material, equipamento, serviço ou recurso que se mostre insuficiente, defeituoso, inadequado ou incompatível com as especificações técnicas aplicáveis.

5.2.2. Todos os materiais empregados na execução deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e normas técnicas pertinentes, sendo vedada a utilização de materiais deteriorados, inadequados, reutilizados ou reconicionados quando sua utilização puder comprometer a segurança, a durabilidade, a estanqueidade, a eficiência ou a funcionalidade do sistema.

5.2.3. A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, ensaios, testes, laudos, certificações e demais comprovações técnicas relacionadas à qualidade dos materiais e dos serviços executados, observadas as disposições do edital, do contrato e das especificações técnicas.

5.2.4. Salvo disposição expressa em sentido diverso constante na planilha orçamentária ou nos documentos técnicos aprovados, os custos referentes aos ensaios, testes e demais procedimentos necessários à aferição da qualidade da execução correrão exclusivamente por conta da contratada.

5.3. Após o recebimento definitivo da obra, a contratada permanecerá objetivamente responsável, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, pela solidez, pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela plena funcionalidade da infraestrutura implantada ou ampliada, nos termos do art. 140, § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 618 do Código Civil.

5.3.1. Identificado vício, defeito, falha operacional, incorreção, inadequação técnica ou comprometimento da funcionalidade da obra, a contratada deverá promover, às suas



expensas, a reparação, a correção, a reconstrução ou a substituição necessária, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.3.2. A lavratura do Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica, administrativa ou ambiental da contratada, nem afasta o dever de correção das falhas posteriormente identificadas.

5.4. A contratada assumirá integral responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental pelos danos causados ao Município, ao patrimônio público ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, inclusive quando resultantes de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência, falha técnica ou descumprimento das normas aplicáveis.

5.5. A contratada responderá integralmente pelos acidentes e danos causados a trabalhadores, usuários, moradores das áreas afetadas ou terceiros em razão de falhas na execução, ausência ou insuficiência de sinalização, utilização inadequada de equipamentos, movimentação de máquinas, escavações, estruturas provisórias inadequadas ou descumprimento das normas de segurança.

5.5.1. A sinalização provisória da obra deverá ser mantida permanentemente adequada, visível e compatível com os riscos existentes em cada frente de serviço, observadas as normas técnicas aplicáveis, a legislação de trânsito, as regras de segurança do trabalho e as orientações emitidas pela fiscalização.

5.5.2. A contratada deverá adotar medidas destinadas à proteção das áreas de intervenção, das vias públicas, das propriedades confrontantes, das infraestruturas existentes e dos locais de circulação de pedestres e veículos.

5.6. A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de fato superveniente, intercorrência técnica, acidente, condição climática excepcional, interferência de terceiros, necessidade de reprogramação ou qualquer circunstância capaz de comprometer, retardar ou impedir a execução parcial ou integral da obra.

5.6.1. A comunicação deverá ser acompanhada de relatório técnico circunstanciado, contendo a descrição do fato, seus impactos sobre a execução, os riscos identificados e as medidas corretivas propostas.

5.6.2. A mera comunicação de dificuldade operacional não exime a contratada de sua responsabilidade contratual. Eventual pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalmente fundamentado, tecnicamente comprovado e submetido à prévia análise e aprovação da Administração, observadas as exigências da Caixa Econômica Federal ou do Ministério das Cidades quando aplicáveis.

5.7. A contratada deverá manter à disposição da fiscalização relação permanentemente atualizada dos empregados, encarregados, operadores, engenheiros, técnicos e demais profissionais mobilizados para a execução contratual, inclusive com identificação do responsável técnico presente na obra.



5.7.1. A ausência injustificada de responsável técnico habilitado poderá ensejar a suspensão imediata dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.7.2. A substituição de integrante da equipe técnica cuja qualificação tenha sido relevante para a contratação dependerá de comunicação prévia e da apresentação de profissional com qualificação equivalente ou superior, observadas as condições estabelecidas no edital e no contrato.

5.8. A contratada deverá promover permanentemente a limpeza, a organização e a adequada conservação das áreas de trabalho, removendo sobras de materiais, entulhos, resíduos de construção, materiais provenientes de escavações e demais elementos que possam comprometer a segurança, a salubridade, a mobilidade urbana ou a regular execução da obra.

5.8.1. Os resíduos provenientes da execução dos serviços deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas a legislação ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis, as regras de gerenciamento de resíduos da construção civil e as exigências dos órgãos competentes.

5.8.2. É vedado o descarte irregular de resíduos em vias públicas, terrenos baldios, corpos d'água, áreas de preservação permanente ou locais não autorizados pelos órgãos competentes.

5.9. O acompanhamento da execução física e financeira da obra será realizado com base no cronograma físico-financeiro aprovado, nos boletins de medição e nos demais documentos técnicos exigidos, constituindo obrigação essencial da contratada o cumprimento dos marcos parciais e do prazo final estabelecido.

5.9.1. Para fins de acompanhamento contratual, poderá ser considerada situação de atraso relevante:

I – a execução física inferior em mais de 10% (dez por cento) ao avanço programado para o período; ou

II – o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos em etapa ou marco intermediário considerado relevante pela fiscalização.

5.9.2. Verificada situação de atraso relevante, a fiscalização notificará formalmente a contratada para que apresente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, Plano de Recuperação do Cronograma.

5.9.3. O Plano de Recuperação do Cronograma deverá conter:

I – diagnóstico circunstanciado das causas do atraso;

II – identificação dos impactos sobre as etapas subsequentes;

III – medidas corretivas propostas;

IV – eventual reforço da equipe técnica e operacional;

V – eventual ampliação de turnos de trabalho;

VI – eventual mobilização adicional de equipamentos e maquinários;

VII – nova programação executiva destinada à recuperação do atraso; e

VIII – demonstração da viabilidade de manutenção do prazo final contratual ou, quando tecnicamente impossível, justificativa formal para análise da Administração.



5.9.4. A não apresentação do Plano de Recuperação, sua rejeição técnica fundamentada ou o descumprimento injustificado das medidas corretivas aprovadas poderão ensejar a aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato, a execução da garantia contratual e, nos casos graves ou reiterados, a extinção unilateral do contrato.

5.9.5. A glosa ou a retenção de valores observará a efetiva execução dos serviços, as regras de medição e pagamento estabelecidas no edital e no contrato e o devido processo administrativo, sendo vedada a utilização dessas medidas como sanção indireta ou desproporcional.

5.9.6. O atraso injustificado que comprometa o cronograma do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, a liberação de recursos federais, a regularidade das medições, os registros no Transferegov.br ou a prestação de contas será considerado inadimplemento contratual grave.

5.9.7. A contratada não fará jus a reequilíbrio econômico-financeiro, indenização ou prorrogação automática do prazo quando o atraso decorrer de sua própria desorganização operacional, insuficiência de equipe, falha de planejamento, deficiência técnica, inadimplemento perante fornecedores ou qualquer outra circunstância a ela imputável.

5.10. A contratada deverá manter Diário de Obra permanentemente atualizado, com registros diários dos serviços executados, quantitativos realizados, profissionais mobilizados, equipamentos utilizados, condições climáticas, intercorrências técnicas, orientações da fiscalização, ensaios realizados e evolução do cronograma físico-financeiro.

5.11. A contratada deverá disponibilizar tempestivamente à Administração os documentos, registros, relatórios, boletins de medição, imagens e demais elementos necessários ao acompanhamento da execução e à inserção das informações exigidas no Transferegov.br.

5.12. A execução deverá observar integralmente os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, bem como as obrigações decorrentes do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O pacto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do pacto, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada, conforme a execução física da obra e o cronograma físico-financeiro aprovado, mediante apresentação de boletim de medição, relatório de execução, ateste da fiscalização, nota fiscal eletrônica regular e demais documentos exigidos para liquidação da despesa, observadas as disposições do



Termo de Compromisso nº 968570/2024/MCIDADES/CAIXA, do Transferegov.br e da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. Cada pagamento ficará vinculado à efetiva medição dos serviços executados, devidamente conferidos e aprovados pelo fiscal do contrato e pelo responsável técnico da Administração, sendo vedado o pagamento por serviços não executados, executados parcialmente sem funcionalidade ou em desconformidade com os projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização.

7.1.2. As medições deverão observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro contratual, os quantitativos efetivamente executados, os boletins de medição, os registros fotográficos, relatórios técnicos, diário de obra, ARTs correspondentes e demais documentos comprobatórios exigidos pela fiscalização e pela Caixa Econômica Federal no âmbito do acompanhamento do convênio.

7.1.3. A liberação da primeira medição e do primeiro pagamento ficará condicionada à comprovação de:

- I – apresentação da garantia contratual;
- II – registro da obra junto ao CREA/MG e apresentação da respectiva ART;
- III – matrícula da obra junto aos órgãos previdenciários competentes;
- IV – obtenção dos alvarás e licenças eventualmente exigidos;
- V – instalação da placa de obra conforme exigências do Novo PAC;
- VI – mobilização inicial do canteiro e início efetivo da execução.

7.1.4. A liberação de cada medição ficará condicionada à comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da contratada, mediante apresentação das certidões e documentos exigidos pela legislação vigente e pelos normativos aplicáveis ao contrato.

7.1.5. A fiscalização poderá glosar total ou parcialmente serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis, determinações da fiscalização ou sem a devida comprovação documental.

7.1.6. Não serão objeto de medição materiais estocados no canteiro de obras, salvo quando expressamente autorizado pelo órgão concedente e pela fiscalização, observadas as disposições contratuais e normativas aplicáveis.

7.1.7. A aprovação das medições pelo fiscal do contrato não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade, segurança, estabilidade e durabilidade dos serviços executados, podendo ser exigidas correções ou reparos a qualquer tempo durante a vigência contratual e nos prazos legais de garantia.

7.1.8. A liberação dos pagamentos ficará condicionada à atualização do diário de obra, à apresentação dos registros fotográficos da evolução física dos serviços e à manutenção das informações da obra atualizadas nos sistemas de acompanhamento exigidos pela Caixa Econômica Federal, Ministério das Cidades ou órgão concedente.

7.1.9. Para fins de encerramento contratual e liberação da última medição, a contratada deverá apresentar, além dos documentos exigidos pela fiscalização:

- I – projeto “as built”, quando aplicável;
- II – termo de recebimento provisório da obra;
- III – manual de operação e manutenção, quando aplicável;



IV – comprovante de baixa das ARTs de execução;

V – demais documentos exigidos pelo convênio e pelos órgãos de controle.

7.2. Quando houver glosa parcial de serviços medidos, rejeição de etapas executadas, pendências técnicas ou necessidade de adequações apontadas pela fiscalização, o contratante comunicará formalmente a contratada para que proceda à correção necessária e emita a nota fiscal com o valor efetivamente aprovado e dimensionado.

7.2.1. Serviços executados em desconformidade com os projetos, normas técnicas, especificações contratuais ou sem prévia autorização da fiscalização poderão ser rejeitados total ou parcialmente, não gerando obrigação de pagamento até sua regularização.

7.3. O setor competente para proceder à liquidação e ao pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém todos os elementos necessários e essenciais do documento, especialmente:

- a) identificação completa da contratada;
- b) número e objeto do contrato administrativo;
- c) número da medição correspondente;
- d) período respectivo de execução da medição;
- e) discriminação dos serviços executados;
- f) valor exato a pagar;
- g) eventual destaque das retenções tributárias e previdenciárias cabíveis;
- h) dados bancários da contratada;
- i) vinculação ao Termo de Compromisso nº 968570/2024/MCIDADES/CAIXA.

7.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente instruída, acompanhada do ateste da execução pelo fiscal do contrato, aprovação da medição e regular liquidação da despesa, observada a disponibilidade financeira e o fluxo de liberação dos recursos vinculados ao convênio.

7.4.1. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a fiscalização formalizar o ateste da execução da etapa correspondente e não houver pendências impeditivas à liquidação.

7.4.2. O pagamento será realizado preferencialmente por meio da funcionalidade Ordem de Pagamento de Parcerias – OPP, via Transferegov.br, ou outro mecanismo oficialmente exigido para movimentação dos recursos federais vinculados ao Termo de Compromisso, observadas as normas da Caixa Econômica Federal e da legislação aplicável.

7.4.3. A liberação da última medição ficará condicionada à inexistência de pendências técnicas, à superação de eventuais divergências qualitativas ou quantitativas apontadas pela fiscalização, à regularidade da documentação final da obra e à aceitação formal da Administração e da Mandatária, quando aplicável.



7.4.4. No caso de atraso imputável exclusivamente ao Município, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva quitação, mediante aplicação do índice IPCA-E, sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis.

7.4.5. Considerando que a presente contratação é executada com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Novo PAC, cuja liberação financeira observa os procedimentos operacionais, medições e autorizações da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a contratada declara ciência de que os pagamentos poderão observar o fluxo de liberação dos recursos federais vinculados ao empreendimento.

7.4.6. A eventual pendência temporária de liberação financeira pela mandatária federal ou pelo órgão concedente, desde que não decorrente de inadimplemento injustificado do Município, não autoriza, por si só, a paralisação unilateral da obra, devendo a contratada manter a execução regular dos serviços compatíveis com o cronograma físico-financeiro aprovado.

7.4.7. Verificada situação excepcional de atraso prolongado na liberação dos recursos, capaz de comprometer comprovadamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou a capacidade operacional da contratada, as partes poderão adotar medidas consensuais de reprogramação do cronograma de execução, suspensão formal da obra ou revisão contratual, na forma da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, inconsistência na medição, pendência documental, irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ou qualquer circunstância que impeça a regular liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada promova o saneamento necessário.

7.5.1. Nessa hipótese, o prazo para pagamento reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da pendência, não acarretando qualquer ônus adicional ao contratante.

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de:

- I** – comprovação de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- II** – certidão de regularidade junto ao FGTS;
- III** – certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- IV** – comprovantes de recolhimento previdenciário e trabalhista relacionados à execução contratual, quando exigidos;
- V** – boletim de medição aprovado;
- VI** – relatório fotográfico e demais documentos exigidos pela fiscalização.

7.7. O Município procederá, de ofício, às retenções tributárias, previdenciárias e legais cabíveis, observada a legislação vigente, inclusive quanto à retenção de INSS, ISSQN, IRRF e demais tributos incidentes sobre a execução da obra.

7.8. A inadimplência da contratada com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários ou comerciais não transfere ao Município a responsabilidade por seu



pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado ou restringir a regular execução da obra.

7.9. Não serão objeto de medição materiais estocados no canteiro de obras, salvo quando expressamente autorizado pelo órgão concedente e pela fiscalização, observadas as disposições contratuais e normativas aplicáveis.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS:

8.1. O prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária: 18.541.0018.1049 44905100 232 e nas suas correspondentes para o exercício posterior.

10- OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato, seus anexos, projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, Termo de Referência, Termo de Compromisso nº 968570/2024/MCIDADES/CAIXA e demais normas aplicáveis.

10.1.2. Receber provisória e definitivamente a obra, observados os prazos, critérios técnicos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, mediante conferência da execução física, funcionalidade da obra e atendimento integral das exigências contratuais.

10.1.3. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre vícios, defeitos, falhas construtivas, incorreções técnicas, atrasos injustificados ou qualquer desconformidade verificada na execução da obra, para que sejam sanados, corrigidos, refeitos ou substituídos às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual por meio de fiscal e gestor formalmente designados, inclusive quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, qualidade dos serviços, medições, segurança da obra e regularidade documental.

10.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à medição, quantidade, qualidade ou regularidade da etapa executada, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.



10.1.6. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA na forma, prazo e condições estabelecidos no contrato, observada a efetiva medição dos serviços executados, o ateste da fiscalização e a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

10.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, em caso de inadimplemento, atraso, abandono da obra, falhas de execução ou descumprimento contratual.

10.1.8. Cientificar o órgão de assessoramento jurídico e demais órgãos competentes quando verificado descumprimento contratual que demande medidas administrativas, sancionatórias, rescisórias ou judiciais.

10.1.9. Analisar e responder, de forma fundamentada, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação, reajuste ou revisão contratual eventualmente formulados pela CONTRATADA, observada a legislação aplicável.

10.1.10. Notificar os emitentes das garantias contratuais acerca da instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando cabível.

10.1.11. Comunicar formalmente a CONTRATADA em caso de necessidade de alteração de projeto, adequação técnica, reprogramação de execução ou ajustes autorizados pela Administração, observadas as hipóteses legais de alteração contratual.

10.1.12. Fornecer, por escrito, as informações, documentos e orientações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços contratados.

10.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, inclusive quanto à conformidade estrutural, funcionalidade, segurança e atendimento às especificações técnicas da obra.

10.1.14. Verificar a correta inserção das informações no Transferegov.br, especialmente medições, boletins, documentos técnicos, cronograma e registros exigidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades.

10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, inclusive fornecedores, empregados, subcontratados ou prestadores de serviços, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da contratada, seus prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da CONTRATADA:

10.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução da obra, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos, encargos, tributos, transporte, mobilização e demais custos necessários.

10.2.2. Executar a obra em estrita observância aos projetos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho e determinações da fiscalização.



10.2.3. Responsabilizar-se integralmente pelos vícios, defeitos, falhas construtivas e danos decorrentes da execução da obra, inclusive quanto à solidez, segurança, estabilidade e funcionalidade, nos termos do Código Civil e da Lei nº 14.133/2021.

10.2.4. Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a execução da obra, apresentando justificativa técnica formal e documentação comprobatória.

10.2.5. Atender prontamente às determinações emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior, promovendo os ajustes, correções e adequações exigidas.

10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços executados com vícios, defeitos, falhas técnicas ou em desacordo com as especificações contratuais.

10.2.7. Responder por todo e qualquer dano causado ao Município ou a terceiros, inclusive acidentes, falhas estruturais, prejuízos patrimoniais, danos ambientais e responsabilidade civil decorrente da execução da obra.

10.2.8. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e qualificação técnica.

10.2.9. Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, comerciais, ambientais e fundiárias decorrentes da execução contratual, não havendo qualquer transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE.

10.2.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, paralisação ou situação que comprometa a execução da obra.

10.2.11. Manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução, com registro regular perante o CREA/MG e respectivas ARTs de execução, fiscalização complementar e eventuais alterações técnicas.

10.2.12. Elaborar e manter atualizado o Diário de Obra, com registros diários de execução, equipe mobilizada, equipamentos, condições meteorológicas, serviços realizados, ocorrências e situação do cronograma.

10.2.13. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, apresentando plano de recuperação sempre que houver atraso relevante ou notificação da fiscalização.

10.2.14. Manter a obra devidamente sinalizada, protegida e segura, responsabilizando-se por acidentes decorrentes de ausência de sinalização, escoramentos inadequados ou falhas operacionais.

10.2.15. Promover a limpeza permanente da área de execução, removendo entulhos, sobras de materiais e resíduos da construção civil.

10.2.16. Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, observando integralmente a Resolução CONAMA nº 307/2002, normas da ABNT e legislação ambiental vigente, vedado descarte irregular em vias públicas, terrenos baldios, encostas, corpos d'água ou áreas protegidas.



10.2.17. Apresentar comprovação documental da destinação dos resíduos mediante Controle de Transporte de Resíduos – CTR e demais exigências técnicas aplicáveis.

10.2.18. Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração de método executivo, solução técnica, material empregado ou modificação de projeto.

10.2.19. Realizar, às suas expensas, ensaios, testes, exames laboratoriais e controles tecnológicos exigidos para comprovação da qualidade dos materiais e serviços executados.

10.2.20. Providenciar as licenças, autorizações, alvarás, registros e regularizações necessárias junto aos órgãos competentes, inclusive CREA, INSS, concessionárias e órgãos ambientais.

10.2.21. Instalar e manter placa de obra e identificação visual conforme exigências do Novo PAC, Termo de Compromisso.

10.2.22. Não permitir trabalho de menores em desacordo com a legislação trabalhista, nem contratar pessoas em situação de impedimento legal.

10.2.23. Não contratar, durante a vigência contratual, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente, fiscal ou gestor do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2.24. Manter sigilo sobre informações técnicas, administrativas e estratégicas obtidas em razão da execução contratual, quando cabível.

10.2.25. Cumprir integralmente as normas anticorrupção, integridade, transparência e ética pública, abstendo-se de práticas fraudulentas, colusivas, coercitivas, obstrutivas ou corruptas durante toda a contratação.

10.2.26. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.28. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



10.2.31. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.2.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

10.2.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.2.34. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

10.2.35. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.2.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.2.38. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10.2.39. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.40. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, caso exigível pela Administração;



- 11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, quando exigível pela Administração;
- 11.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5.** Fraudar o certame
- 11.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 11.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
- 11.1.9.** Deixar de entregar/atender os itens da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) no prazo pactuado;
- 11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1.** Advertência;
 - 11.2.2.** Multa;
 - 11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.4.3. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.4. Para a infração prevista no item 11.1.9 a multa será de 0,5% por dia calculada sobre o valor dos itens constantes da ordem de fornecimento (ou documento equivalente) que estão em atraso de entrega pelo particular, limitada a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando for o caso.



11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

12.1. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

13. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS A MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

13.1. Não serão aplicados, no presente procedimento licitatório, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, em razão de expressa vedação legal constante no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. O referido dispositivo estabelece que, nas contratações de obras e serviços de engenharia, o tratamento favorecido previsto para



ME e EPP não se aplica quando o valor estimado da licitação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

13.2. No caso em análise, trata-se de contratação de obra de engenharia destinada, cujo valor global estimado supera o limite legal de receita bruta máxima previsto para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, afastando, de forma objetiva e obrigatória, a incidência dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006. Assim, a não adoção da exclusividade, da reserva de cotas e das demais prerrogativas destinadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não decorre de discricionariedade administrativa, mas sim do estrito cumprimento da norma expressamente prevista no art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, impondo-se sua observância obrigatória pela Administração Pública.

14. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM COSÓRCIO

14.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as disposições constantes neste instrumento convocatório, considerando a complexidade técnica, a relevância estrutural e a expressiva dimensão financeira da obra de engenharia.

14.2. A participação em consórcio tem por finalidade ampliar a competitividade do certame, possibilitar a conjugação de capacidades técnicas, operacionais, econômico-financeiras e estruturais entre empresas especializadas, bem como assegurar maior segurança na execução contratual, especialmente diante da natureza do objeto e das exigências técnicas vinculadas ao Termo de Compromisso.

14.3. As empresas consorciadas deverão apresentar compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todas as integrantes, indicando expressamente:

- I** – a empresa líder do consórcio, que será a responsável pela representação perante a Administração durante o procedimento licitatório e durante toda a execução contratual;
- II** – a responsabilidade solidária de todas as consorciadas pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato;
- III** – a composição societária do consórcio e a participação percentual de cada empresa;
- IV** – a delimitação das responsabilidades operacionais e técnicas de cada consorciada na execução do objeto;
- V** – a vedação de alteração da composição do consórcio sem prévia e expressa autorização da Administração.

14.4. A empresa líder deverá possuir poderes expressos para receber notificações, responder administrativamente, apresentar documentos, interpor recursos, assinar contrato e representar integralmente o consórcio perante a Administração Pública.



14.5. Nenhuma empresa poderá participar desta licitação simultaneamente de forma isolada e em consórcio, ou em mais de um consórcio distinto, sob pena de inabilitação de todos os envolvidos, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade.

14.6. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, cada empresa consorciada deverá apresentar individualmente toda a documentação exigida no edital, observando integralmente os requisitos de regularidade aplicáveis.

14.7. Para fins de qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de capital social, patrimônio líquido e demais indicadores econômico-financeiros das empresas consorciadas, observada a proporcionalidade de sua participação no consórcio e desde que demonstrada a suficiência global para execução do objeto.

14.8. Para fins de qualificação técnica operacional, será admitido o somatório dos quantitativos comprovados pelos atestados técnicos apresentados pelas empresas integrantes do consórcio, desde que demonstrada a efetiva compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo da contratação.

14.9. A qualificação técnica profissional deverá observar a comprovação de profissional legalmente habilitado vinculado à empresa consorciada responsável pela respectiva parcela técnica da execução, devendo o responsável técnico possuir Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com o objeto licitado.

14.10. O consórcio vencedor ficará obrigado, antes da assinatura do contrato, a promover sua constituição formal, mediante instrumento próprio, observadas as exigências legais e mantendo integralmente as condições apresentadas na fase de habilitação e julgamento.

14.11. As empresas consorciadas responderão solidariamente perante a Administração por todas as obrigações contratuais, inclusive quanto à execução da obra, cumprimento de prazos, qualidade dos serviços, aplicação de penalidades, ressarcimento de danos, execução da garantia contratual e demais responsabilidades decorrentes do contrato administrativo.

14.12. A substituição de empresa consorciada, alteração de composição societária, retirada de integrante ou modificação da liderança do consórcio somente poderá ocorrer mediante autorização prévia, expressa e fundamentada da Administração, desde que não haja prejuízo à qualificação originalmente exigida nem comprometimento da execução contratual.

15- DESCARTE DE RESÍDUOS:



15.1. Durante a execução a contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

15.1.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

15.1.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15.1.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

15.1.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

16- REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. Com fulcro no inciso II do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/21 a obra será executada de forma indireta, sob o regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.



16.1.1. A opção por esse regime decorre da necessidade de que a remuneração da contratada esteja diretamente vinculada aos quantitativos efetivamente executados e aferidos em campo, permitindo maior precisão nas medições e maior aderência entre os serviços realizados e os valores pagos pela Administração.

16.1.2. Embora o empreendimento possua projetos, memoriais e planilhas orçamentárias previamente elaborados, a natureza dos serviços de engenharia envolvidos pode demandar ajustes quantitativos decorrentes das condições efetivamente verificadas durante a execução, especialmente em intervenções relacionadas a sistemas de abastecimento de água, redes adutoras, escavações, movimentação de terra e demais serviços sujeitos a interferências operacionais e geotécnicas.

16.1.3. Nesse contexto, a empreitada por preço unitário proporciona maior controle da execução contratual, permitindo que cada etapa seja medida e remunerada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, conferindo maior transparência, segurança técnica e precisão ao acompanhamento físico-financeiro da obra.

16.1.4. Além disso, o regime mostra-se mais compatível com os procedimentos de fiscalização, medição e acompanhamento exigidos pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, possibilitando adequada verificação da execução dos serviços e da aplicação dos recursos públicos federais transferidos. Dessa forma, sob os aspectos técnico, operacional e de controle da execução, conclui-se que a empreitada por preço unitário constitui o regime mais adequado para a presente contratação.

17- DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

17.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

17.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

17.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.



17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

17.3.1. Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$\text{ILC} = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$\text{ISG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

17.3.2. Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

17.3.3. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

17.3.4. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

17.3.5. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

17.3.6. Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

17.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

17.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



17.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante, demonstrando os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

- Documentos que comprovem a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo;

- é perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

17.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;



17.5.2.1. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

17.5.2.2. A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.

17.5.3. Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

17.5.4. Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, deverá ser apresentados atestado que comprove a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo.

17.5.4.1. É perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

17.5.4.2. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

17.6. VISTORIA PRÉVIA:



I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal de Carangola/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

17.6.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

17.6.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail engenharia@carangola.mg.gov.br ou telefone (32) 3741-9604 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes..

17.6.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

17.7. Na presente licitação haverá inversão das fases, momento em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes deverão apresentar concomitantemente os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório com a respectiva proposta.

18- GARANTIA DE PROPOSTA

18.1. Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

18.1.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

18.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA



18.1.3. Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

18.1.4. Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

18.1.5. A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

18.1.6. Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Carangola-MG, descrita a seguir: Agência: 0026 – Conta Corrente: 38.269-8 – BANCO DO BRASIL.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 772/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto identificar, analisar e avaliar a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, operacional, econômico e ambiental, para atendimento da necessidade pública relacionada à ampliação do sistema de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, especialmente quanto à melhoria da infraestrutura de adução de água bruta e ao fortalecimento da segurança hídrica municipal.

1.2. O estudo visa subsidiar a tomada de decisão da Administração quanto à alternativa mais eficiente e vantajosa para viabilizar a execução do empreendimento previsto no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação mostra-se necessária em razão da necessidade de execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, visando à melhoria, à adequação e à modernização da infraestrutura responsável pela captação, adução e condução da água destinada ao abastecimento da população, com especial atenção à infraestrutura de adução de água bruta atualmente existente.

2.2. A situação verificada evidencia a necessidade de intervenção estruturante, tendo em vista a precariedade da adutora de água bruta responsável pelo abastecimento municipal, circunstância que compromete a regularidade e a segurança operacional do sistema, ocasiona episódios de intermitência no fornecimento de água e amplia os riscos de prejuízos à saúde pública e à adequada prestação de serviço essencial à população.

2.3. A intervenção proposta busca proporcionar solução tecnicamente adequada e duradoura para o problema identificado, mediante a execução das obras e serviços necessários à ampliação do sistema de abastecimento de água, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, especificações técnicas e demais documentos de engenharia aprovados.

2.4. A execução da obra deverá contribuir para o aumento da segurança hídrica, a redução da vulnerabilidade operacional da infraestrutura existente, a melhoria da



continuidade e da eficiência do abastecimento, a ampliação da capacidade de atendimento do sistema e a preservação das condições sanitárias da população beneficiada.

2.5. Além disso, a execução do objeto encontra-se vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC, circunstância que impõe a observância rigorosa das exigências técnicas, operacionais, administrativas e legais aplicáveis à execução, ao acompanhamento, à fiscalização e à prestação de contas dos recursos públicos transferidos.

2.6. Dessa forma, a contratação revela-se imprescindível para o atendimento do interesse público, a melhoria da infraestrutura municipal de saneamento básico, a garantia da continuidade de serviço público essencial, a mitigação de riscos sanitários e operacionais e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município perante o Governo Federal.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. O levantamento de mercado realizado para a presente contratação teve por finalidade identificar a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para viabilizar a execução da obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, considerando os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, administrativos e legais envolvidos na execução do objeto.

3.2. Inicialmente, analisou-se a possibilidade de execução direta pela própria Administração Municipal, mediante utilização de servidores, equipamentos, veículos, maquinários e recursos operacionais integrantes da estrutura municipal. Contudo, verificou-se que tal alternativa não se mostra adequada ao atendimento da necessidade administrativa, uma vez que a obra demanda capacidade técnica especializada, responsável técnico habilitado, equipe multidisciplinar, maquinário específico, estrutura operacional compatível, controle tecnológico, acompanhamento permanente e disponibilidade de recursos humanos e materiais em escala superior à capacidade ordinariamente disponível no Município.

3.3. A execução direta também poderia comprometer a continuidade de outras atividades essenciais desenvolvidas pelas unidades administrativas municipais, especialmente aquelas relacionadas à manutenção urbana, à prestação dos serviços públicos e ao atendimento das demandas rotineiras da população. Soma-se a isso a necessidade de observância rigorosa das exigências estabelecidas no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, incluindo os procedimentos de



medição, fiscalização, controle da execução, registro documental e prestação de contas no Transferegov.br.

3.4. Também foi analisada a possibilidade de parcelamento da contratação em múltiplos contratos, mediante segregação das diferentes etapas executivas da obra. Todavia, tal alternativa se mostra tecnicamente desaconselhável, considerando a elevada interdependência entre os serviços, a necessidade de compatibilização das soluções construtivas e hidráulicas e a importância de assegurar responsabilidade técnica claramente delimitada pela funcionalidade integral do sistema implantado.

3.5. O fracionamento excessivo da execução poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade, dificuldades de integração entre as etapas, retrabalhos, atrasos, paralisações, aumento dos custos administrativos de fiscalização e risco de comprometimento da eficiência e da funcionalidade final da obra. Em intervenções destinadas ao abastecimento público de água, a articulação adequada entre os diversos serviços é indispensável para garantir segurança operacional e desempenho satisfatório do sistema.

3.6. Diante disso, a solução que se mostra mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução indireta da obra, sob o regime de empreitada por preço unitário nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições do edital, do contrato, dos projetos e dos demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

3.7. A adoção da execução indireta permite que a Administração atribua a execução material da obra a empresa tecnicamente qualificada, dotada de estrutura empresarial, capacidade operacional, equipe especializada, acervo técnico e responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços, permanecendo sob responsabilidade do Município o acompanhamento, a fiscalização contratual e o controle da correta aplicação dos recursos públicos.

3.8. O regime de empreitada por preço unitário decorre da necessidade de que a remuneração da contratada esteja diretamente vinculada aos quantitativos efetivamente executados e aferidos em campo, permitindo maior precisão nas medições e maior aderência entre os serviços realizados e os valores pagos pela Administração.

3.9. Embora o empreendimento possua projetos, memoriais e planilhas orçamentárias previamente elaborados, a natureza dos serviços de engenharia envolvidos pode demandar ajustes quantitativos decorrentes das condições efetivamente verificadas durante a execução, especialmente em intervenções relacionadas a sistemas de abastecimento de água, redes adutoras, escavações, movimentação de terra e demais serviços sujeitos a interferências operacionais e geotécnicas.



3.10. Nesse contexto, a empreitada por preço unitário proporciona maior controle da execução contratual, permitindo que cada etapa seja medida e remunerada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, conferindo maior transparência, segurança técnica e precisão ao acompanhamento físico-financeiro da obra.

3.11. Além disso, o regime mostra-se mais compatível com os procedimentos de fiscalização, medição e acompanhamento exigidos pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, possibilitando adequada verificação da execução dos serviços e da aplicação dos recursos públicos federais transferidos. Dessa forma, sob os aspectos técnico, operacional e de controle da execução, conclui-se que a empreitada por preço unitário constitui o regime mais adequado para a presente contratação.

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, especialmente em razão da relevância técnica, operacional, sanitária e financeira da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

4.1.1. Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; ou

IV – Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.1.2. A garantia deverá ser apresentada nos prazos estabelecidos no edital e no instrumento contratual.

4.1.2.1. Nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária e título de capitalização, a garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária, admitida a prorrogação mediante justificativa aceita pela Administração, devendo sua regular constituição preceder a autorização para início da execução contratual.

4.1.2.2. Caso a contratada opte pela modalidade seguro-garantia, será assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para apresentação da respectiva apólice, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



4.1.3. A apólice de seguro-garantia deverá possuir vigência igual ou superior à vigência do contrato principal e acompanhar suas eventuais modificações, inclusive prorrogações e alterações que impactem o prazo ou o valor da contratação, mediante emissão dos respectivos endossos pela seguradora, sendo vedada a existência de período sem cobertura.

4.1.4. Na hipótese de suspensão contratual determinada pela Administração ou decorrente de inadimplemento desta, a contratada ficará temporariamente desobrigada de renovar a garantia ou de promover o endosso da apólice até a emissão formal da ordem de reinício da execução ou a regularização da pendência administrativa.

4.1.5. A garantia assegurará, conforme a modalidade adotada e nos limites da legislação aplicável, o pagamento de:

I – Prejuízos decorrentes do inadimplemento total ou parcial do objeto contratado e das demais obrigações previstas no instrumento contratual;

II – Multas moratórias e compensatórias regularmente aplicadas pela Administração;

III – Prejuízos causados à Administração em razão de má execução, paralisação injustificada, abandono da obra ou descumprimento de obrigações técnicas;

IV – Indenizações decorrentes do inadimplemento contratual;

V – Demais obrigações expressamente abrangidas pelo instrumento de garantia e admitidas pela legislação aplicável.

4.1.6. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta indicada pela Administração e será atualizada monetariamente até sua restituição.

4.1.7. Caso a opção recaia sobre títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, sendo avaliados por seus valores econômicos, conforme regulamentação aplicável.

4.1.8. Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e conter renúncia expressa do fiador aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil.

4.1.9. Na modalidade de título de capitalização, o instrumento deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, observadas as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação aplicáveis.

4.1.10. Em caso de alteração do valor contratual ou de prorrogação de prazo que produza repercussão sobre a garantia, a contratada deverá promover sua adequação, complementação ou renovação, observados os mesmos critérios estabelecidos para a contratação originária.

4.1.11. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente para cobertura de obrigação contratual, a contratada deverá promover sua recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação.

4.1.12. A Administração poderá executar a garantia na forma prevista na legislação aplicável, sempre que constatado inadimplemento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa no correspondente processo administrativo.



4.1.13. O emitente da garantia será formalmente notificado acerca da instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento contratual que possa ensejar sua execução.

4.1.14. No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer posteriormente, observados os prazos prescricionais aplicáveis.

4.1.15. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante emissão de termo circunstanciado que declare o integral cumprimento das obrigações contratuais e a inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras, sem prejuízo das responsabilidades legais remanescentes da contratada.

4.1.16. A garantia de execução contratual não substitui nem afasta a responsabilidade técnica, civil, administrativa e ambiental da contratada, tampouco exclui a garantia legal relacionada à solidez, à segurança, à durabilidade e à funcionalidade da obra.

4.2. Constituem obrigações iniciais da contratada, cuja comprovação será condição indispensável para a emissão da ordem de serviço, para o início regular da execução e, conforme o caso, para a autorização da primeira medição e do primeiro pagamento:

I – Efetuar o registro da obra perante o CREA/MG ou CAU, conforme a natureza dos serviços, e apresentar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de execução;

II – Promover o cadastramento da obra perante os órgãos previdenciários, trabalhistas e fiscais competentes, inclusive mediante apresentação do Cadastro Nacional de Obras – CNO, quando aplicável;

III – Providenciar as licenças, autorizações, alvarás e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para regular execução da obra, observada a matriz de responsabilidades estabelecida no edital e no contrato;

IV – Apresentar a relação nominal da equipe técnica responsável pela execução, acompanhada dos respectivos documentos de habilitação e registros profissionais;

V – Instalar placa de obra em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse e demais informações exigidas;

VI – Comprovar a mobilização inicial do canteiro, da equipe técnica e dos equipamentos necessários ao início regular dos serviços;

VII – Apresentar plano de trabalho executivo, cronograma físico-financeiro detalhado e planejamento de mobilização, compatíveis com os documentos técnicos aprovados.

4.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela obra, com registro ativo perante o conselho profissional competente, promovendo a correspondente ART ou RRT de execução e os registros complementares eventualmente necessários em caso de alteração, substituição ou ampliação das atribuições técnicas.



4.3.1. É vedada a execução de serviços sem a presença e o acompanhamento de responsável técnico formalmente designado.

4.3.2. A substituição do responsável técnico dependerá de comunicação prévia à fiscalização, apresentação dos documentos comprobatórios da qualificação do substituto e emissão da correspondente ART ou RRT.

4.4. Os licitantes, a futura contratada, seus sócios, administradores, representantes, empregados e eventuais subcontratados deverão atuar com estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, boa-fé objetiva, transparência, integridade e ética pública durante todas as fases da contratação.

4.4.1. A contratada deverá observar as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992, da Lei Federal nº 12.846/2013, da Lei Federal nº 14.133/2021 e das demais normas aplicáveis à prevenção e ao combate à fraude e à corrupção.

4.4.2. É vedada a prática de atos que possam caracterizar fraude, corrupção, conluio, favorecimento indevido, superfaturamento, sobrepreço, ocultação de informações, obstrução da fiscalização ou qualquer outra conduta lesiva à Administração Pública.

4.4.3. A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer irregularidade relevante de que tenha conhecimento no âmbito da execução contratual, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes quando exigida pela legislação.

4.4.4. A comprovação de infração às normas de integridade poderá ensejar a extinção unilateral do contrato e a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.5. A execução da obra deverá observar integralmente os projetos executivos aprovados, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, composições de custos, especificações técnicas, normas técnicas da ABNT, exigências ambientais, normas de segurança do trabalho, legislação pertinente e disposições constantes no Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC.

4.6. Os serviços deverão ser executados com a finalidade de garantir a ampliação, a adequação e a melhoria operacional do sistema de abastecimento de água do Município de Carangola/MG, especialmente quanto à infraestrutura de adução de água bruta, assegurando maior regularidade, segurança, eficiência e continuidade no fornecimento de água à população.

4.7. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, compatíveis com as especificações técnicas do projeto e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais inadequados, deteriorados, reutilizados ou reconicionados quando sua utilização puder comprometer a segurança, a durabilidade, a estanqueidade, a eficiência ou a funcionalidade do sistema.

4.7.1. A contratada responderá integralmente pela qualidade dos materiais, equipamentos e serviços executados, inclusive pela promoção das readequações



necessárias sempre que forem identificadas impropriedades capazes de comprometer a consecução do objeto pactuado.

4.8. Quando aplicável aos itens contemplados pela contratação, deverão ser observadas as regras relativas à aquisição de produtos manufaturados nacionais, à contratação de serviços nacionais e à aplicação das margens de preferência estabelecidas para o Novo PAC, nos termos da legislação e da regulamentação pertinentes.

4.9. A contratada deverá manter permanentemente atualizado o Diário de Obra, com registros diários referentes, no mínimo:

- I – Aos serviços executados e respectivos quantitativos;
- II – Ao número de trabalhadores mobilizados;
- III – Aos equipamentos e maquinários utilizados;
- IV – Às condições climáticas;
- V – Às ocorrências relevantes;
- VI – Às orientações da fiscalização;
- VII – Às intercorrências técnicas;
- VIII – À evolução do cronograma físico-financeiro;
- IX – Aos ensaios e controles tecnológicos realizados;
- X – Aos registros fotográficos da execução.

4.10. A execução deverá observar rigoroso controle tecnológico dos materiais e serviços empregados, incluindo ensaios, testes laboratoriais, inspeções, verificações de estanqueidade, controles de compactação e demais procedimentos necessários à comprovação da qualidade e da conformidade técnica da obra, conforme definido nos projetos e especificações aplicáveis.

4.10.1. Os custos relacionados ao controle tecnológico, aos ensaios e aos testes necessários à execução regular do objeto correrão por conta da contratada, salvo disposição expressa em sentido diverso constante na planilha orçamentária aprovada.

4.11. A contratada deverá manter sinalização adequada, permanente e visível em toda a área de intervenção, adotando as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores, pedestres, veículos, imóveis vizinhos e terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.

4.12. Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC por todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, bem como o cumprimento integral das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho.

4.13. A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para evitar danos às redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, telefonia,



drenagem, pavimentação e demais infraestruturas existentes nas áreas de intervenção, responsabilizando-se integralmente pelos danos decorrentes de sua atuação.

4.14. A contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente, interferência técnica, situação superveniente ou fato capaz de comprometer a execução regular da obra, indicando as providências corretivas adotadas ou recomendadas.

4.15. O cumprimento do cronograma físico-financeiro constitui obrigação contratual essencial, devendo a contratada observar rigorosamente os marcos parciais e o prazo final de conclusão do objeto.

4.15.1. Sempre que houver atraso relevante ou determinação formal da fiscalização, a contratada deverá apresentar plano de recuperação do cronograma, contendo medidas corretivas, prazos, recursos adicionais eventualmente mobilizados e demonstração da viabilidade de conclusão do objeto.

4.16. A contratada deverá promover a limpeza permanente das áreas de execução, removendo entulhos, resíduos, sobras de materiais, escavações excedentes e demais elementos que possam comprometer a segurança, a mobilidade urbana, a salubridade ou a adequada execução dos serviços.

4.17. Os resíduos da construção civil deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas a Resolução CONAMA nº 307/2002, as normas técnicas aplicáveis, a legislação ambiental vigente e as exigências dos órgãos competentes, sendo vedado o descarte irregular em vias públicas, corpos d'água, terrenos baldios ou áreas protegidas.

4.18. A contratada deverá instalar e manter, durante toda a execução da obra, placa de identificação em conformidade com o Manual de Identidade Visual do Novo PAC, contendo QR Code do aplicativo destinado ao cidadão, identificação do objeto, origem dos recursos, valor do repasse, canais para registro de denúncias, reclamações e elogios e demais informações exigidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Transferegov.br.

4.19. A contratada deverá fornecer tempestivamente os documentos, informações, registros, relatórios, medições, imagens e demais elementos necessários à alimentação do Transferegov.br e ao adequado acompanhamento da execução pela Administração Municipal, pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério das Cidades e pelos órgãos de controle.

4.20. Qualquer alteração de projeto, metodologia executiva, quantitativos, materiais ou soluções técnicas dependerá de justificativa formal, manifestação do responsável técnico, prévia análise da fiscalização e autorização expressa da Administração, observadas as exigências relacionadas à aprovação da mandatária ou do órgão repassador quando aplicáveis.



4.20.1. É vedada qualquer modificação unilateral do objeto pela contratada.

4.21. A contratada deverá permitir o livre acesso dos agentes da Administração, dos representantes da Caixa Econômica Federal, do Ministério das Cidades e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos, registros, áreas de intervenção, canteiros e demais locais relacionados à execução do objeto.

4.22. A contratada responderá integralmente pela solidez, segurança, estabilidade, qualidade técnica, durabilidade e funcionalidade da obra executada, permanecendo responsável pela correção de vícios construtivos, defeitos, falhas operacionais e inadequações identificadas durante a execução ou dentro dos prazos legais aplicáveis.

4.23. O recebimento provisório ou definitivo da obra não exclui a responsabilidade civil, técnica, administrativa ou ambiental da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos serviços executados.

4.24. A execução da obra deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade, transparência, integridade e interesse público, sendo vedada qualquer conduta capaz de comprometer a lisura da contratação, a qualidade da execução ou a correta aplicação dos recursos públicos federais e municipais envolvidos.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. Os estimativos dos quantitativos foram obtidos através do levantamento técnico realizado pelo setor de engenharia do município, de acordo com as normativas técnicas pertinentes e peculiaridades do local para execução do objeto, conforme consta no projeto básico e nos demais documentos de engenharia pertinentes que se encontram em anexo.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o art. 23, §1º, III da Lei Federal 14.133/21.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. A presente contratação será realizada por meio da modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, e art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação destinada à execução de obra de engenharia de elevada relevância técnica e expressiva materialidade financeira.

7.1.1. A utilização da concorrência mostra-se obrigatória e juridicamente adequada diante da natureza do objeto, uma vez que se trata de obra de engenharia que demanda ampla competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e observância rigorosa aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, eficiência e economicidade. A forma eletrônica, por sua vez, atende ao princípio da modernização dos procedimentos



licitatórios, amplia a competitividade do certame, possibilita maior participação de licitantes, fortalece a transparência, reduz custos operacionais e assegura maior rastreabilidade e controle dos atos praticados no procedimento.

7.1.2. Além disso, considerando tratar-se de contratação vinculada ao Termo de Compromisso no âmbito do Novo PAC, com utilização de recursos federais, a adoção da forma eletrônica reforça a observância das diretrizes de governança, transparência e controle exigidas pela legislação aplicável e pelos órgãos de fiscalização.

7.2. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de execução indireta, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, mediante contratação de empresa especializada responsável pela execução integral da obra.

7.2.1. A adoção da execução indireta justifica-se pela complexidade técnica da obra, pela necessidade de mobilização de equipe especializada, maquinário específico, responsável técnico habilitado, controle tecnológico permanente e estrutura operacional robusta, circunstâncias que inviabilizam a execução direta pela Administração Municipal com meios próprios.

7.2.2. A Prefeitura Municipal não dispõe de estrutura técnica, operacional e de pessoal suficiente para absorver integralmente a execução de obra dessa magnitude sem comprometer a continuidade de outros serviços públicos essenciais. Assim, a contratação de empresa especializada permite maior eficiência na execução, adequada responsabilização técnica, cumprimento dos prazos pactuados com a União e melhor controle da aplicação dos recursos públicos vinculados ao Novo PAC.

7.2.3. A Administração permanece responsável pela fiscalização contratual, acompanhamento das medições, controle da execução e verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, preservando o interesse público e a correta execução do objeto.

7.3. Com fulcro no inciso II do art. 46 da Lei Federal nº 14.133/21 a obra será executada de forma indireta, sob o regime de execução **Empreitada por Preço Unitário**.

7.3.1. A opção por esse regime decorre da necessidade de que a remuneração da contratada esteja diretamente vinculada aos quantitativos efetivamente executados e aferidos em campo, permitindo maior precisão nas medições e maior aderência entre os serviços realizados e os valores pagos pela Administração.

7.3.2. Embora o empreendimento possua projetos, memoriais e planilhas orçamentárias previamente elaborados, a natureza dos serviços de engenharia envolvidos pode demandar ajustes quantitativos decorrentes das condições efetivamente verificadas durante a execução, especialmente em intervenções relacionadas a sistemas de abastecimento de água, redes adutoras, escavações, movimentação de terra e demais serviços sujeitos a interferências operacionais e geotécnicas.

7.3.3. Nesse contexto, a empreitada por preço unitário proporciona maior controle da execução contratual, permitindo que cada etapa seja medida e remunerada de acordo com os quantitativos efetivamente executados, conferindo maior transparência, segurança técnica e precisão ao acompanhamento físico-financeiro da obra.



7.3.4. Além disso, o regime mostra-se mais compatível com os procedimentos de fiscalização, medição e acompanhamento exigidos pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, possibilitando adequada verificação da execução dos serviços e da aplicação dos recursos públicos federais transferidos. Dessa forma, sob os aspectos técnico, operacional e de controle da execução, conclui-se que a empreitada por preço unitário constitui o regime mais adequado para a presente contratação.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Considerando que o objeto da presente contratação consiste na execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, verifica-se a necessidade indispensável de estrutura técnica e administrativa adequada para acompanhamento, fiscalização e gestão contratual durante todas as fases de execução.

8.2. Trata-se de empreendimento de elevada relevância sanitária, operacional, estrutural e financeira, destinado à melhoria da infraestrutura municipal de abastecimento de água, com especial atenção à adução de água bruta, visando reduzir a vulnerabilidade do sistema existente, minimizar episódios de intermitência e assegurar maior regularidade, eficiência e segurança no fornecimento de água à população.

8.3. A natureza dos serviços exige controle rigoroso quanto à conformidade da execução com os projetos aprovados, à qualidade dos materiais empregados, à observância das especificações técnicas, à realização dos ensaios e controles tecnológicos pertinentes, ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, à regularidade documental e ao atendimento das obrigações legais, contratuais e regulamentares aplicáveis.

8.4. A fiscalização técnica deverá ser exercida por servidor ou equipe formalmente designada pela Administração, com qualificação e capacidade técnica compatíveis com a complexidade do objeto, preferencialmente mediante acompanhamento de profissional habilitado na área de engenharia ou em área correlata pertinente à natureza dos serviços.

8.4.1. Quando necessário, a Administração poderá contar com o apoio de terceiros contratados para subsidiar tecnicamente a atuação do fiscal do contrato, sem transferência das atribuições decisórias próprias dos agentes públicos competentes.

8.5. Compete à fiscalização técnica, entre outras atribuições:

I – acompanhar permanentemente a execução física da obra;

II – verificar a conformidade dos serviços com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas aprovadas;

III – conferir os quantitativos efetivamente executados e analisar os boletins de medição;



- IV – acompanhar e validar os registros constantes no Diário de Obra;
- V – verificar a qualidade, a procedência e a adequação dos materiais empregados;
- VI – exigir a realização dos ensaios, testes, inspeções e controles tecnológicos previstos nos documentos técnicos ou necessários à comprovação da qualidade da execução;
- VII – acompanhar o cumprimento das normas técnicas, ambientais e de segurança do trabalho;
- VIII – verificar a presença e a atuação do responsável técnico da contratada;
- IX – identificar vícios, falhas, inconformidades ou desvios de execução e determinar a adoção das medidas corretivas cabíveis;
- X – registrar formalmente ocorrências capazes de comprometer o prazo, o custo, a qualidade ou a funcionalidade da obra;
- XI – acompanhar o cumprimento dos marcos parciais e do prazo final estabelecido no cronograma físico-financeiro; e
- XII – emitir relatórios técnicos periódicos acerca da evolução da execução contratual.

8.6. A fiscalização deverá observar especialmente a adequada implantação, substituição, ampliação ou adequação das adutoras, redes, tubulações, conexões, dispositivos hidráulicos, estruturas complementares e demais elementos previstos nos projetos e documentos técnicos aprovados, assegurando a plena funcionalidade, a segurança operacional, a estanqueidade e a durabilidade do sistema executado.

8.7. Além da fiscalização técnica, deverá ser formalmente designado gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento administrativo da contratação e pela articulação entre a contratada, a fiscalização, os setores municipais competentes, a Caixa Econômica Federal e os demais órgãos envolvidos na execução do instrumento de transferência.

8.8. Compete ao gestor contratual, entre outras atribuições:

- I – acompanhar a vigência do contrato e os prazos de execução;
- II – controlar a documentação contratual e a regularidade das obrigações assumidas pela contratada;
- III – acompanhar a manutenção da garantia de execução contratual;
- IV – analisar, em conjunto com os setores competentes, pedidos de alteração contratual, reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou prorrogação de prazo;
- V – encaminhar providências relacionadas à aplicação de sanções em caso de inadimplemento;
- VI – acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- VII – verificar o cumprimento das obrigações relacionadas à equipe técnica, ART, RRT, licenças, autorizações, alvarás e demais documentos exigíveis;
- VIII – acompanhar a compatibilidade entre as medições, os pagamentos e o cronograma físico-financeiro;
- IX – adotar as providências necessárias para alimentação e atualização dos registros no Transferegov.br;



X – assegurar o cumprimento das exigências estabelecidas pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União;

XI – acompanhar a organização dos documentos necessários à prestação de contas; e

XII – comunicar tempestivamente às autoridades competentes qualquer irregularidade relevante identificada durante a execução.

8.9. A gestão e a fiscalização deverão assegurar a correta inserção, organização e atualização das informações e dos documentos exigidos no Transferegov.br, especialmente aqueles relacionados:

I – ao contrato de execução ou fornecimento – CTEF e seus eventuais termos aditivos;

II – às Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e aos Registros de Responsabilidade Técnica – RRT dos projetos, da execução e da fiscalização;

III – às ordens de serviço;

IV – aos boletins de medição e respectivos atestes;

V – aos relatórios de acompanhamento da execução;

VI – aos registros fotográficos;

VII – às informações necessárias à comprovação da adequada aplicação dos recursos públicos; e

VIII – aos demais documentos exigidos pela legislação, pelo Termo de Compromisso e pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento do empreendimento.

8.10. A gestão contratual deverá assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Carangola/MG, no âmbito do Novo PAC.

8.11. O acompanhamento deverá ser realizado de forma a preservar a regularidade do instrumento de transferência, prevenir riscos de paralisação da obra, atraso nas medições, suspensão da liberação de recursos, glosas, devolução de valores, comprometimento da prestação de contas ou instauração de Tomada de Contas Especial.

8.12. A ausência de fiscalização técnica qualificada ou de gestão contratual eficiente poderá comprometer a qualidade da obra, a segurança operacional do sistema implantado, a economicidade da contratação, o cumprimento dos prazos pactuados e a regular aplicação dos recursos públicos federais e municipais.

8.13. A atuação dos fiscais e gestores não afasta nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela qualidade, segurança, estabilidade, durabilidade e funcionalidade da obra, tampouco exclui seu dever de reparar vícios, defeitos, falhas técnicas ou danos decorrentes da execução.

8.14. Dessa forma, resta plenamente justificada a necessidade de acompanhamento permanente, fiscalização técnica qualificada e gestão contratual estruturada, garantindo que a obra seja executada em conformidade com os padrões técnicos exigidos, com



observância dos prazos pactuados, adequada aplicação dos recursos públicos e efetiva entrega do resultado esperado à coletividade.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para a adequada execução do objeto referente à obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, não se verifica, neste momento, a necessidade de contratação correlata ou interdependente que constitua condição prévia indispensável ao início ou à regular execução da obra principal.

9.2. Os serviços essenciais diretamente relacionados à execução material da obra, incluindo mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos, veículos, maquinários, ferramentas, mobilização e desmobilização do canteiro, sinalização, medidas de segurança, controle tecnológico, ensaios, estruturas provisórias, recomposição das áreas afetadas, destinação ambientalmente adequada dos resíduos e demais providências necessárias à entrega integral da infraestrutura deverão estar contemplados no escopo técnico da presente contratação, conforme os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

9.3. A solução destinada à execução da obra principal foi estruturada de forma integrada e funcionalmente autônoma, permitindo sua realização mediante contratação única, sob o regime de empreitada por preço unitário, sem prejuízo da observância das disposições legais aplicáveis ao parcelamento do objeto.

9.4. A execução integrada dos serviços diretamente relacionados à obra mostra-se tecnicamente adequada em razão da interdependência entre suas etapas, da necessidade de compatibilização das soluções construtivas e hidráulicas e da importância de assegurar responsabilidade técnica claramente delimitada pela qualidade, segurança, durabilidade e plena funcionalidade do sistema implantado ou ampliado.

9.5. O fracionamento excessivo das etapas materiais da obra poderia ocasionar sobreposição de responsabilidades, incompatibilidades técnicas, retrabalhos, dificuldades de fiscalização, atrasos de cronograma, elevação dos custos administrativos e riscos à adequada entrega do objeto.

9.6. O plano de trabalho vinculado ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA prevê, além da execução da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água, a realização de atividades complementares relacionadas ao Relatório Pós-Intervenção e ao Trabalho Técnico Social, cujos valores e condições encontram-se discriminados separadamente no instrumento de transferência.

9.6.1. As atividades complementares referidas no item anterior não integram automaticamente o escopo da presente contratação da obra principal, devendo sua forma de execução ser definida em procedimento próprio, conforme sua natureza, os documentos técnicos aplicáveis, o plano de trabalho aprovado e a legislação pertinente.

9.6.2. A eventual necessidade de contratação específica para execução das atividades complementares não compromete a autonomia técnica e operacional da contratação da obra principal, tampouco impede seu regular processamento.



9.7. As atividades de gestão contratual, fiscalização administrativa e acompanhamento técnico exercidas diretamente pela Administração constituem atribuições inerentes à atuação municipal e não se caracterizam, por si sós, como contratações correlatas ou interdependentes.

9.7.1. Caso a Administração identifique a necessidade de apoio técnico especializado para subsidiar a fiscalização, o gerenciamento ou o acompanhamento da obra, a respectiva contratação deverá ser avaliada e formalizada em procedimento próprio, sem transferência das atribuições decisórias legalmente reservadas aos agentes públicos competentes.

9.8. Dessa forma, conclui-se que a contratação da empresa especializada para execução da obra de ampliação do sistema de abastecimento de água possui autonomia técnica e operacional suficiente para atingir sua finalidade específica, sem prejuízo da adoção das providências próprias necessárias à execução das atividades complementares previstas no plano de trabalho.

10- REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

10.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Agente de Contratação.

10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.3.1. Para comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando que a empresa se enquadra nos índices mínimos aceitáveis pelas seguintes fórmulas:

I- O Índice de Liquidez Corrente é o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, conforme abaixo:

$$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$



II- O Índice de Liquidez Geral, correspondente ao quociente da soma do Ativo Circulante com Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

III- O Índice de Solvência Geral, correspondente ao quociente do Ativo Total pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo, conforme abaixo:

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

10.3.2. Será habilitada a empresa que apresentar:

- Índice de Liquidez Corrente – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Liquidez Geral – igual ou maior que 1,0;
- Índice de Solvência Geral – igual ou maior que 1,0.

10.3.3. Excepcionalmente, para as empresas criadas no exercício financeiro desta licitação, fica autorizado a substituição dos demonstrativos contábeis, pelo balanço de abertura, e no caso de ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial do último exercício social.

10.3.4. Os índices serão apurados sobre dados do balanço do último exercício social, e as demais informações do balanço do exercício imediatamente anterior, serão tratados apenas como informações adicionais e comparativas.

10.3.5. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

10.3.6. Comprovação de que a empresa possui capital social ou patrimônio líquido equivalente ou superior a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do valor estimado dos respectivos itens propostos pelo licitante, caso sua proposta não compreenda a totalidade de itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

10.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

10.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1.5.1. Qualificação Técnica Operacional (da empresa)

I- Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região a que estiver vinculada, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a Licitante executou a qualquer tempo, ou esteja executando serviços com características



semelhantes aos serviços previstos neste Edital. Alternativamente, a licitante comprovará a veracidade do atestado emitido em nome da empresa apresentando a respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT registrada junto ao CREA/CAU, conjuntamente com sua respectiva ART assinada pelas partes envolvidas, em nome do profissional que realizou o serviço, independentemente do atual vínculo deste profissional com a licitante, demonstrando os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

- Documentos que comprovem a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo;
- é perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

10.1.5.2. Qualificação Técnica Profissional (do responsável técnico)

I- Certidão de Registro do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU/UF (Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal), em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

II- Comprovação de que a licitante possui em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior legalmente habilitados, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CATs), expedida(s) pelo conselho profissional competente, devidamente registrado no CREA/CAU que demonstrem possuir experiência comprovada para execução da obra objeto da presente licitação;

10.1.5.2.1. Os profissionais indicados como responsáveis técnicos pela realização de serviços deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante, podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Administração Municipal;

10.1.5.2.2. A Comprovação de que o(s) detentor(es) da(s) referida(s) CAT(s) e o(s) profissional(is) é(são) vinculado(s) à licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Sócio: cópia do contrato social e sua última alteração, devidamente registrados no órgão competente;
- b) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia do estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;



- c) Empregado permanente da empresa: cópia do contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- d) Responsável técnico: cópia da certidão de registro de pessoa jurídica no conselho profissional competente da sede ou filial onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;
- e) Profissional contratado: cópia do contrato de prestação de serviços, celebrado entre o profissional e a licitante de acordo com a legislação civil comum.

10.1.5.3. Para o consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

10.1.5.4. Para aferição objetiva da qualificação técnica profissional e operacional, deverá ser apresentados atestado que comprove a aptidão do participante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do certame, que consistirá em atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido pela CONTRATANTE relativo à atuação da empresa com execução de obras de sistemas de abastecimento de água, contendo execução de obras de redes adutoras de água com diâmetro maior ou igual de 300 mm com extensão maior ou igual a 5.000 metros e também execução de obras de estação de tratamento de água - ETA, com vazão nominal igual ou maior de 50 litros por segundo.

10.1.4.1. É perfeitamente válida a apresentação de um único atestado que englobe as diversas comprovações exigidas da prestadora de serviço ou também a apresentação de mais de um atestado, independentes e de sistemas diferentes, cujas partes agregadas comprovem a execução dos serviços citados acima, desde que as comprovações estejam explicitadas de forma clara e atendendo integralmente as condições descritas neste item.

10.1.5.4.2. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

10.1.6. VISTORIA PRÉVIA

I- Atestado de Vistoria Técnica, emitido pela Prefeitura Municipal de Carangola/MG, comprovando a realização de visita prévia ao local de execução da obra, mediante comparecimento de representante legal ou responsável técnico devidamente autorizado; ou Declaração Formal de Pleno Conhecimento das Condições do Local da Obra, subscrita pelo representante legal da empresa ou por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, estruturais, operacionais, topográficas, ambientais e logísticas da área de intervenção, bem como de todas as dificuldades, peculiaridades e fatores que possam influenciar direta ou indiretamente na execução contratual e na formulação da proposta.

10.1.6.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



10.1.6.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail engenharia@carangola.mg.gov.br ou telefone (32) 3741-9604 de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.1.6.3. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.2. A exigência dos requisitos de habilitação encontra fundamento direto na necessidade de assegurar que a futura contratada possua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e solidez econômico-financeira compatíveis com a relevância, complexidade e dimensão da obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de significativa expressão financeira, elevada responsabilidade estrutural e relevante impacto sanitário e urbano, envolvendo serviços de infraestrutura, ampliação, adequação e melhoria do sistema de abastecimento de água, especialmente quanto à adução de água bruta, cuja execução inadequada poderá gerar graves prejuízos ao interesse público, riscos à saúde da população, comprometimento da continuidade do fornecimento de água, danos patrimoniais, prejuízos ambientais e eventual responsabilização do Município perante os órgãos de controle e fiscalização.

10.2.1. Nesse contexto, a habilitação econômico-financeira mostra-se indispensável para verificar a capacidade da licitante de suportar os encargos financeiros decorrentes da execução contratual, especialmente diante da necessidade de mobilização inicial de canteiro, aquisição de insumos, manutenção de equipe técnica especializada, maquinário pesado e capacidade de absorção de eventuais oscilações operacionais próprias de contratos de longa duração. A exigência de balanço patrimonial, demonstrações contábeis, índices mínimos de liquidez, solvência e capital social mínimo busca assegurar que a empresa possua estabilidade financeira suficiente para executar integralmente a obra sem risco de paralisação, abandono contratual ou incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas.

10.2.2. No que se refere à qualificação técnica, sua exigência decorre da própria natureza do objeto, que demanda execução especializada, controle tecnológico rigoroso, observância de normas técnicas da ABNT, atuação de profissionais legalmente habilitados e responsabilidade técnica formal perante os conselhos profissionais competentes. A exigência de registro da empresa no CREA/CAU, bem como de atestados de capacidade técnica operacional e Certidões de Acervo Técnico – CAT, visa comprovar que a licitante já executou serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto licitado, reduzindo significativamente o risco de contratação de empresa sem experiência prática suficiente para execução segura e eficiente da obra.



10.2.3. A exigência de qualificação técnica profissional, com comprovação de responsável técnico devidamente habilitado e detentor de acervo técnico compatível, busca garantir que a execução será conduzida por profissional com experiência comprovada em obras semelhantes, assegurando adequada supervisão técnica, responsabilidade pela execução e atendimento aos padrões estruturais exigidos. A possibilidade de substituição somente mediante prévia autorização administrativa e equivalência técnica reforça a segurança da contratação.

10.2.4. A delimitação de parcela de maior relevância e valor significativo, correspondente ao item estrutural principal da obra, com exigência de comprovação mínima de 50% do quantitativo previsto, observa o princípio da proporcionalidade e a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, permitindo aferição objetiva da real capacidade técnica da licitante sem impor restrição indevida à competitividade, mas preservando a segurança da futura execução contratual.

10.2.5. Quanto à vistoria prévia ou apresentação de declaração formal de pleno conhecimento do local da obra, sua exigência se justifica pela necessidade de assegurar que os licitantes conheçam efetivamente as condições físicas, topográficas, operacionais, logísticas e ambientais da área de intervenção, especialmente em obra de ampliação do sistema de abastecimento de água sujeita a interferências locais, limitações de acesso, redes públicas existentes, travessias, condições do terreno e peculiaridades estruturais que impactam diretamente a execução e a correta formação da proposta comercial. A faculdade entre realização da vistoria ou apresentação de declaração preserva a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que impede futuras alegações de desconhecimento como fundamento para reequilíbrios indevidos ou descumprimentos contratuais.

10.2.6. Ante o exposto, resta demonstrado que os requisitos de habilitação exigidos não possuem caráter restritivo ou excessivo, mas sim natureza preventiva, técnica e protetiva do interesse público, estando integralmente alinhados aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo plenamente justificados diante da relevância e complexidade da presente contratação.

10.3. Na presente licitação haverá inversão das fases, momento em que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento. Os licitantes deverão apresentar concomitantemente os documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório com a respectiva proposta.

10.3.1. A inversão das fases procedimentais, com a realização da habilitação anteriormente ao julgamento das propostas, encontra fundamento no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo medida plenamente justificável diante das características específicas da presente contratação, cujo objeto consiste na execução de obra de engenharia destinada à ampliação do sistema de abastecimento de água no Município de Carangola/MG, vinculada ao Termo de Compromisso nº 968198/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC. Trata-se de obra de elevada complexidade técnica, expressiva materialidade financeira e



significativa responsabilidade estrutural, envolvendo serviços de infraestrutura, ampliação, adequação e melhoria do sistema municipal de abastecimento de água, especialmente quanto à adução de água bruta, cuja execução exige capacidade técnica especializada, robusta qualificação econômico-financeira, experiência comprovada em serviços similares, responsável técnico legalmente habilitado e rigoroso atendimento às exigências técnicas e operacionais impostas pela legislação e pelos órgãos repassadores dos recursos federais. Nessa realidade, a realização prévia da fase de habilitação proporciona maior eficiência procedimental e maior segurança jurídica à Administração, permitindo que somente participem da fase competitiva de apresentação de propostas e lances os licitantes efetivamente aptos sob os aspectos técnico, jurídico, fiscal, econômico-financeiro e operacional, evitando a ocorrência de lances artificiais ou inexequíveis formulados por empresas que posteriormente seriam inabilitadas por ausência de capacidade real de execução.

10.3.2. A experiência prática demonstra que, em obras de engenharia de maior vulto, a manutenção da sequência ordinária frequentemente conduz à apresentação de propostas por empresas sem qualificação compatível, que ofertam preços excessivamente reduzidos apenas para ocupar posição competitiva no certame, ocasionando posterior inabilitação, necessidade de reabertura de fases, sucessivas convocações de remanescentes, atrasos processuais, insegurança procedimental e risco de comprometimento do cronograma de execução da obra.

10.3.3. A habilitação antecedente permite afastar previamente tais distorções, preservando o julgamento objetivo, a competitividade qualificada e a seleção de propostas efetivamente exequíveis, reduzindo significativamente o risco de paralisações futuras, abandono contratual, pedidos excessivos de reequilíbrio econômico-financeiro, inadimplementos contratuais e prejuízos à execução do objeto.

10.3.4. Além disso, considerando que a contratação está vinculada a repasse federal no âmbito do Novo PAC, com cronogramas de execução, medições e prestação de contas submetidos ao controle da Caixa Econômica Federal e do Transferegov.br, a celeridade e a segurança na definição da empresa efetivamente apta à contratação assumem relevância ainda maior, sendo indispensável evitar atrasos decorrentes de sucessivas inabilitações após o julgamento.

11- REQUISITO DE PRÉ-HABILITAÇÃO

11.1. Conjuntamente com a apresentação dos documentos de habilitação será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado para contratação.

11.1.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-Garantia;



III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.1.3. Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.

11.1.4. Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configurar-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

11.1.5. A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.

11.1.6. Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Carangola-MG, descrita a seguir: Agência: 0026 – Conta Corrente: 38.269-8 – BANCO DO BRASIL.

12- CONCLUSÃO

12.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.